

ANEXO II

PADRÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA USUÁRIOS DE TERRAS RURAIS E SEUS DEFENSORES

ÍNDICE

A. Introdução	3
B. Fontes Gerais e Metodologias	3
1. Comissão Pastoral da Terra (CPT)	3
2. Global Witness	7
3. Outras Fontes	9
C. Casos Específicos de Criminalidade	12
1. Massacres Específicos	12
a. Massacre de Baião, Estado do Pará, março de 2019	12
b. Massacre de Colniza, Mato Grosso, abril de 2017	13
c. Massacre de Pau d’Arco, Estado do Pará, maio de 2018	13
2. Grupos específicos visados no longo prazo	14
a. Povo Guarani-Kaiowá, Estado do Mato Grosso do Sul, 2011–2021	14
b. “Guardiões da Floresta”, Maranhão, 2013–2020	16
i. Guardiões de Governador	16
ii. Guardiões Tenetehara	17
iii. Guardiões Guajajara	17
c. Povo Gamela, Maranhão, 2017	19
d. Povo Uru-Eu-Wau-Wau People, Rondônia, 2019–2020	20
e. Povo Mundukuru, Estados do Pará e Amazonas, 2019–2021	20
3. Áreas geográficas perigosas	21
a. Areia, Estado do Pará, 2010–2018	21
b. Alto Turiaçu, Maranhão, 2014–2018	23
c. Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa, Estado do Pará, 2017–2018	24

d. Anapú, Estado do Pará, 2018–2020	27
4. Usuários de Terra e Defensores individualmente visados	28
5. Violência e Intimidação contra Servidores Públicos.	34
D. A Questão da Impunidade no Sistema de Justiça Criminal do Brasil	38
1. Introdução	38
2. A Mecânica da Impunidade	38
3. Questões estruturais	40

* * *

A. Introdução

1. As informações contidas neste anexo¹ são uma compilação de crimes cometidos na Amazônia brasileira contra Usuários de Terras Rurais e seus Defensores no período de (aproximadamente) 2011-2021. Este anexo serve de base para os seguintes elementos específicos discutidos no corpo principal desta comunicação (a “Comunicação”): “um curso de conduta envolvendo vários atos previstos no artigo 7(1)(caput); o crime contra a humanidade de homicídio; o crime contra a humanidade de perseguição; o crime contra a humanidade de outros atos desumanos; gravidade; e os interesses da justiça.”² Depois de apresentar uma série de fontes (e algumas metodologias subjacentes), o anexo apresenta um catálogo extenso, *mas não exaustivo*, de casos específicos de criminalidade conhecidos pelas Requerentes. Finalmente, o anexo discute uma lacuna significativa do sistema de justiça criminal do Brasil – a impunidade. Uma lista de potenciais autores recomendados para investigação adicional está contida no Anexo IV (estritamente confidencial).

B. Fontes Gerais e Metodologias

1. Comissão Pastoral da Terra (CPT)

2. Os conflitos pela posse de territórios rurais têm sido uma constante na história brasileira e remonta à época colonial. Desde sua criação em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem documentando conflitos no campo brasileiro e a violência sistêmica contra os que são convencionalmente descritos como “trabalhadores da terra”, um termo que engloba várias categorias distintas de camponeses, incluindo comunidades tradicionais e indígenas – geralmente, aquelas pessoas que vivem em áreas rurais e dependem do uso da terra e/ou da água como sistema de sobrevivência e dignidade.³ A CPT adota uma abordagem ampla e inclusiva em seu trabalho, e adota as seguintes categorias específicas de indivíduos que se enquadram em sua definição expansiva: quilombolas, assentados, sem-terra, posseiros, pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, garimpeiros, caiçaras, faxinalenses, geraizeiros, marisqueiros, pescadores, aposentados, pescadores artesanais e outros ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu).⁴

¹ Este anexo apoia a “Comunicação ao Gabinete do Procurador do Tribunal Penal Internacional” alegando “Crimes Contra a Humanidade no Brasil: 2011 até o presente” relacionada com “Perseguição de populações rurais e destruição ambiental associada”, apresentada em 09 de novembro de 2022 pelo Conselho Climático, Greenpeace Brasil e Observatório do Clima (a “Comunicação”). Em particular, apoia a Seção II.F (“Padrões Gerais de Violência contra as Populações Rurais e seus Defensores”) e várias partes da Seção IV (“Quadro Legal e Avaliação”) da Comunicação.

² Ver Comunicação, parágrafos 32-41, 63-74, 83-86, 87-90.

³ Ver site da CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais (“Desde o início, [CPT] recolhe dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia, através de vários meios, especialmente através do seu boletim, a violência sofrida pelos povos e comunidades”).

⁴ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

3. Enquanto várias organizações, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), concentram-se exclusivamente nos direitos dos povos indígenas, a CPT é a única organização que realiza uma extensa pesquisa sobre *todos* os conflitos de terra em nível nacional – independentemente do perfil das vítimas. Ao longo dos anos, a CPT criou um dos mais importantes e abrangentes acervos documentais sobre os direitos e as lutas dos trabalhadores das florestas e hidrovias do Brasil.⁵
4. Aspectos do trabalho da CPT relevantes (em graus variados) para esta petição incluem:⁶
- a. **Conflitos** são entendidos como ações de resistência e enfrentamento que ocorrem em diferentes contextos sociais na esfera rural, envolvendo a luta por terra, água, direitos e meios de trabalho e produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre trabalhadores e pela ausência ou má gestão de políticas públicas. Nesse sentido, os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos pela terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em épocas de seca, conflitos em áreas de mineração e conflitos sindicais.⁷
 - b. **Conflitos por terra** são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais quando envolvem alguma das categorias camponesas/trabalhadores da terra acima. Ocupações/retomadas e acampamentos também são classificados como conflitos por terra.⁸
 - c. **Conflitos por água** são ações de resistência, geralmente coletivas, que visam garantir o uso e a preservação da água. Expressam a luta contra a apropriação privada dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água no campo e a construção de barragens. Este último envolve os atingidos por barragens, que lutam por seu território desapropriado. Envolve também a luta dos povos e comunidades contra a mineração.⁹
 - d. **Ocupações e/ou retomadas** são ações coletivas de povos indígenas ou tradicionais que se reapropriam antecipadamente de seus territórios históricos diante da morosidade do Estado no processo de demarcação das áreas garantidas por lei.¹⁰
 - e. **Acampamentos** são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde famílias sem-terra organizadas reivindicam assentamentos. Além disso, povos indígenas e comunidades tradicionais também formam acampamentos na luta

⁵ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

⁶ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais. *Nota.* Os dados do CPT são extensos, mas nem todos são relevantes para esta petição. [...] (conflitos trabalhistas; ações de resistência; manifestações por direitos trabalhistas).

⁷ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

⁸ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

⁹ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

¹⁰ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

pela retomada de seus territórios. Em suas pesquisas, a CPT registra apenas o ato de acampar. O número de famílias acampadas no país não é monitorado.¹¹

- f. **Manifestações** são ações coletivas de trabalhadores da terra e da água que protestam contra atos de violência sofridos ou restrições de direitos, exigindo diferentes políticas públicas, repudiando políticas governamentais e exigindo o cumprimento de acordos e promessas.¹²
- g. **Violência** é o constrangimento, dano material ou imaterial ou destruição física ou moral exercida sobre os povos rurais e seus aliados. Essa violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.¹³ Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os camponeses: homicídios, tentativas de homicídio, ameaças de morte, prisões, agressões e outros.

Na coleta e manutenção desses dados, a CPT segue uma metodologia rigorosa e transparente,¹⁴ com critérios específicos de inclusão e exclusão.¹⁵ Certos dados não são registrados.¹⁶ Um banco de dados eletrônico inclui várias tabelas.¹⁷

¹¹ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

¹² Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

¹³ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais. *Nota.* A partir de 2020, com a nova base de dados (Gaia), iniciou-se a sistematização quantitativa da violência relacionada ao desmatamento ilegal, impedimento de acesso a áreas de uso coletivo e violação das condições de existência. Outras modalidades nesse sentido incorporadas ao banco de dados foram as violências relacionadas a sexo, gênero e sexualidade, bem como a raça/cor/etnia e criminalização. *Ibidem.*

¹⁴ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais. Os registros são feitos por meio de pesquisas primárias e secundárias. Ressalta-se que, para o centro de documentação da CPT, há três objetivos na coleta de dados: (1) buscar as fontes primárias de informação para construir o banco de dados (a partir de relatórios e informações obtidas – com agentes da base CPT. Além dos agentes da CPT, documentos oficiais, denúncias de camponeses e movimentos sociais populares veiculados em mídias próprias e redes sociais, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatórios repassados por movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores da terra); (2) buscar fontes secundárias, por meio de recorte virtual em diversos meios de conteúdo público (jornais, revistas, sites de notícias, blogs, rádio, televisão, redes sociais, podcasts e plataformas de streaming como YouTube, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e agências governamentais, entre outros); (3) processar, sistematizar e analisar os dados, transformando-os em registros de denúncias de violações de direitos cometidas contra os camponeses e suas organizações, bem como a resistência perpetrada por eles em defesa de seus modos de ser e da produção e reprodução da vida. *Ibidem.*

¹⁵ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais. Como primeiro critério de inclusão na base de dados, as informações são obtidas por meio de pesquisas primárias e secundárias, conforme descrito acima. Uma vez identificada a existência de conflito nesses documentos, a ocorrência é registrada. [mais material bom sobre inclusão/exclusão] Situações de violência e conflitos envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores, caiçaras, entre outros, mesmo em espaços urbanos, mas que vivenciam um modo de vida tradicional, são registradas e contabilizadas. *Ibidem.*

¹⁶ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais. Isso inclui: (1) Casos de violência, incluindo homicídios que ocorram no meio rural e não estejam relacionados a conflitos por disputa, posse, uso ou ocupação de terra, ou por acesso ou uso de água, ou em defesa de direitos do trabalho realizado no campo; (2) Casos de conflitos de propriedade, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. As exceções são os casos em que a disputa pela terra é entre povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais etc.) que defendem um modo de vida tradicional, ainda que em áreas urbanas; (3) Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; (4) Casos de trabalho escravo em atividades urbanas (são citados na publicação apenas como nota de rodapé). *Ibidem.*

¹⁷ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais. Tabelas disponíveis na página eletrônica: Áreas em conflito, Ocorrências de conflitos fundiários, Ocupações/Retomadas de posse e Acampamentos. Os dados das três últimas tabelas estão agrupados em uma tabela resumo denominada "Violência contra a Ocupação e a Posse" que compreende o eixo Terra. Além do eixo Terra, também estão disponíveis tabelas com Conflitos por Água, Conflitos Trabalhistas (Trabalho Escravo, Superexploração e Ações de Resistência), homicídios, tentativas de homicídio e ameaças de morte. Por fim, há uma tabela-resumo denominada Violência contra a Pessoa na qual, além dos dados das tabelas anteriores, há mortes em decorrência de conflito, tortura, prisão e agressões físicas/lesões. Por fim, uma tabela em que são registradas as Manifestações de Luta realizadas por diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano. *Ibidem.*

5. Desde 1985, a CPT publica esses dados em um relatório anual impresso intitulado *Conflitos no Campo Brasil*. Esses relatórios – especialmente os de 2011 a 2021 – formam a base central desta petição. Em cada relatório, os dados são divididos em 11 categorias consistentes, cada uma com uma tabela correspondente.¹⁸ As tabelas são acompanhadas de textos analíticos produzidos por acadêmicos, agentes da CPT e outros especialistas.
6. No cerne desta Comunicação estão os dados da CPT relacionados a 'violência contra pessoas' e 'violência contra a ocupação e a posse'. (Os números precisos foram sintetizados pelos autores desta petição e apresentados em uma tabela ao final deste anexo.) Resumindo, para a década em comento e no contexto de cerca de 10.000 conflitos relacionados à terra (11.057) e cerca de 2.000 conflitos relacionados à água (2.290):
 - a. **Violência Contra Pessoas:** homicídio: 430; tentativa de homicídio: 554; ameaças de morte: 2.290; tortura: 87; prisões: 1.559; agressões: 2.072; e mortes resultantes: 259;
 - b. **Violência Contra a Ocupação e a Posse:** expulsões: 14.889; despejos: 96.028; destruição de casas: 31.463; destruição de roças/canteiros de cultivo: 33.185; destruição de outros bens: 44.730; e ameaças: 163.956.

Tudo isso ocorre dentro do conceito mais amplo de 'invasão de terras' – um termo genérico muitas vezes referido de forma enganosa pela imprensa.

7. As três principais áreas geográficas em termos de conflito geral são os estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso. As seis principais causas de conflito são fazendeiros, empresários, grileiros, madeireiros, governo federal e mineradoras. Os cinco principais grupos de vítimas são

¹⁸ CPT, *Conflitos no Campo Brasil*, Tabela 1 – Comparação dos conflitos no campo: Esta tabela é uma síntese da década anterior. Contém dados sobre cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando há casos de conflitos em épocas de seca, mineração, etc.) e o total de conflitos no campo brasileiro. Tabela 2 – Conflitos no campo: Esta tabela registra detalhadamente os conflitos por terra, trabalho, água e outros, se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou pessoas envolvidas e um campo com informações específicas de acordo com o tema. Tabela 3 – Violência contra a ocupação e a posse: Esta tabela é a soma das ocorrências de conflitos por terra, ocupações e acampamentos por estado, o número de famílias envolvidas em cada bloco, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas com despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de despejo, o número de casas, roças e bens destruídos e o número de famílias que estão sob ameaça de pistoleiros. Além desses registros, a Tabela 3 também mostra o número de famílias que sofrem algum tipo de violência com invasões de suas terras ou posses por grileiros, agricultores, mineradores, madeireiros, etc. Tabela 4 – Terra: Sistematiza o eixo Terra organizado em três blocos: conflitos fundiários, ocupações e acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos fundiários, ocupações, acampamentos, seguido do número de famílias. (Nota. O total de ocorrências (no gráfico) não inclui ocupações/retomadas/acampamentos.) Tabela 5 – Água: Apresenta a síntese dos conflitos por água por estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e número de famílias envolvidas. Tabela 6 – Trabalho: Resume os conflitos trabalhistas por estado, com dois blocos de informação. 1. Trabalho Escravo: inclui o número de ocorrências, número de trabalhadores envolvidos na denúncia e liberados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, número de trabalhadores envolvidos na notificação e resgate, número de crianças e adolescentes. Com a retomada das greves como conflito trabalhista, essa tabela será alterada posteriormente. Tabela 7 – Violência contra a pessoa: Agrupa o número de ocorrências registradas em terra, água, trabalho, o número de pessoas envolvidas e a violência sofrida por trabalhadores e trabalhadoras: homicídios, tentativas de homicídio, mortes em decorrência de conflitos, ameaças de morte, bem como tortura, prisão e agressão. Tabelas 8, 9, 10 – Homicídios, Tentativas de Homicídio, Ameaças de Morte: Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima. Tabela 11 – Manifestações: Relatório resumido por estado. Informa o número de ocorrências e o número de manifestantes.

sem-terra, ocupantes ilegais (posseiros), grupos indígenas, quilombolas e assentados (ocupantes cujos direitos estão em processo de regularização).

8. Embora a CPT não mantenha registros abrangentes dos (supostos) agressores, todos os crimes catalogados acima foram cometidos no contexto de conflitos pelo uso da terra e dos recursos na Amazônia e em muitos casos são cometidos por indivíduos e/ou grupos que estariam envolvidos com desmatamento ilegal, extração de madeira, mineração, atividades de agronegócio, etc.¹⁹

2. Global Witness

9. Paralelamente, e em conjunto com a CPT, a Global Witness acompanha a situação dos defensores da terra em todo o mundo há mais de uma década (desde 2002). A organização concentrou-se especificamente no “custo humano da intensificação da disputa por terras e florestas”.²⁰ Usando uma métrica diferente, mas complementar à da CPT, os dados da GW incluem “os mortos em ataques direcionados e confrontos violentos como resultado de protestos, investigações ou queixas contra operações de mineração, operações madeireiras e agricultura intensiva, incluindo pecuária, plantações de árvores, barragens hidrelétricas, desenvolvimento urbano e caça furtiva”.²¹ A GW publica desde 2012 um relatório anual sobre o assunto, que é amplamente lido e respeitado. A GW considera os dados da CPT.²²
10. Em resumo, na década em comento:
 - a. Em 2011, o Brasil estava entre os países com os maiores registros de assassinatos no ano (e respondeu por mais da metade do total global de homicídios na década anterior).²³

¹⁹ Site do CPT (www.cptnacional.org.br) e relatórios anuais.

²⁰ “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012 (Nos últimos 17 anos, a Global Witness trabalhou com comunidades, trabalhadores de ONGs, indivíduos e jornalistas e os viu intimidados, espancados e, às vezes, mortos por disputas sobre como a terra e a floresta são usadas e gerenciadas. Então, tentamos ter uma noção da escala desse problema globalmente. Contamos o número de pessoas mortas na última década (anos 2002–2011, inclusive) defendendo seus direitos humanos ou os direitos humanos de outras pessoas relacionadas ao meio ambiente, especificamente terras e florestas. Esses direitos incluem o gozo de um ambiente saudável, de acordo com a Resolução A/RES/45/94 da Assembleia Geral da ONU (14 de dezembro de 1990); bem como os direitos dos povos indígenas à sua terra e seus recursos, incluindo florestas; o direito à vida, aos meios de subsistência e à liberdade de expressão. Essa pesquisa instantânea foi realizada por meio de pesquisa documental e consulta a grupos de direitos humanos e ambientais.)

²¹ “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012.

²² “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012 (“No Brasil, [...] a Comissão Pastoral da Terra compila um relatório anual abrangente sobre conflitos de terra que ao longo da década revela os maiores números de assassinatos relatados – 365 mortos, mais da metade do total global. [...] As razões para o número significativamente alto incluirão a escala de investimentos neste grande e populoso país, os conflitos decorrentes dos esforços para desenvolver a terra e as florestas do Brasil e o fato de o país ter alguns dos padrões de propriedade da terra mais desiguais do mundo, com poderosos proprietários de terra entrando em conflito com fazendeiros e outros pelo controle da lucrativa agricultura e extração de madeira”).

²³ “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012.

- b. Em 2012, o Brasil voltou a figurar entre os países com maiores registros de assassinatos.²⁴ Os casos documentados “incluíram relatos de envolvimento de interesses privados (proprietários de terras, pecuaristas e madeireiros) nos assassinatos”.²⁵ Proprietários de terras e pecuaristas no Mato Grosso do Sul frequentemente usam pistoleiros contratados e empresas de segurança privada para intimidar as comunidades indígenas que lutam por seu direito constitucional às suas terras ancestrais.²⁶ Segundo a CPT, menos de 10% dos casos chegaram ao Judiciário e pouco mais de 1% resultaram em condenações.²⁷
- c. Em 2013, “[c]erca de 25 anos após o assassinato do seringueiro e ativista florestal brasileiro Chico Mendes, [...] os assassinatos aumentavam constantemente à medida que a proteção do meio ambiente emergia como um campo de batalha fundamental para os direitos humanos”.²⁸ De acordo com a conta da GW de 2013, o Brasil, com 448 assassinatos respondeu por cerca de metade das mortes globais na década anterior (2002–2013).²⁹
- d. Em 2014, o Brasil foi novamente o país mais afetado, com 29 assassinatos (4 indígenas), a maioria relacionada ao conflito pela posse, controle e uso da terra. Além dos assassinatos, os ativistas enfrentam riscos crescentes, como violência física, criminalização e restrições às suas liberdades.³⁰
- e. Em 2015, o pior ano já registrado para assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, o país mais atingido foi o Brasil (com 50 assassinatos, a maioria de não indígenas).³¹

²⁴ “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012 (“Os países com os maiores relatos de assassinatos são Brasil, Peru, Colômbia e Filipinas.”) *Nota*. “Por exemplo, assassinatos no Brasil são mais propensos a serem relatados publicamente e captados por pesquisas documentais porque a Comissão Católica de Terras compila um relatório anual abrangente sobre conflitos de terra.” *Ibidem*.

²⁵ “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012.

²⁶ “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012.

²⁷ “Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas”, Global Witness, 19 de junho de 2012 (citando *Conflitos no Campo Brasil 2011 Comissão Pastoral da Terra*, p. 15).

²⁸ “Ambiente mortal: A Ascensão de Assassinatos de Defensores do Ambiente e da Terra: 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2013”, Global Witness, 2014 (Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos Navi Pillay: “É chocante, mas não é uma surpresa para mim porque isso é o que meu próprio escritório tem verificado em relação às reivindicações de terras dos povos indígenas, não apenas aqui no Brasil, mas em outros lugares.”) (Navi Pillay, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, no Evento Paralelo Conjunto OHCHR-UNEP sobre Direitos Humanos no Desenvolvimento Sustentável na Cúpula Rio+20, 19 de junho de 2012).

²⁹ “Ambiente mortal: A Ascensão de Assassinatos de Defensores do Ambiente e da Terra: 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2013”, Global Witness, 2014 (Contagem: 2002, 43; 2003, 73; 2004, 39; 2005, 39; 2006, 39; 2007, 29; 2008, 28; 2009, 27; 2010, 34; 2011, 28; 2012, 36; 2013, 33; TOTAL, 448.) *Nota*. “O alto número de casos conhecidos no Brasil também se deve, em parte, a uma maior conscientização e melhor monitoramento dessa questão em comparação com outras partes do mundo. O Brasil tem uma sociedade civil forte com ampla observação das preocupações com os direitos humanos, com vários grupos focando especificamente na proteção dos direitos ao meio ambiente e à terra. Os dados do Brasil para este relatório foram fornecidos pela Comissão Pastoral de Terra – uma organização que trabalha com comunidades rurais na compilação de um relatório anual abrangente sobre conflitos de terra no Brasil. A força desses dados é um fator que contribui para os altos níveis de homicídios que podem ser registrados no país; também destaca a necessidade de registro sistemático de mortes em outros países gravemente afetados.” *Ibidem*.

³⁰ “Quantos mais?: O Ambiente Mortal de 2014: A Matança e a Intimidação de Ativistas Ambientais e Terrestres, com Destaque para Honduras”, Global Witness, abril de 2015.

³¹ “Em Terreno Perigoso: O Ambiente Mortal de 2015: A Matança e Criminalização dos Defensores da Terra e do Ambiente em todo o Mundo”, Global Witness, junho de 2016.

- f. Em 2016, a “corrida implacável pela riqueza natural da Amazônia torna o Brasil, mais uma vez, o país mais mortífero do mundo em termos de números absolutos de mortos, [49, sendo cerca de um terço de indígenas]”. A indústria madeireira estava ligada a 16 homicídios, enquanto proprietários de terras eram suspeitos de muitos assassinatos na Amazônia; O governo reverteu a legislação ambiental e debilitou as instituições de direitos humanos.³²
- g. Em 2017, o Brasil registrou o maior número de mortes já registradas em um ano em qualquer país (57,80% delas eram pessoas que estavam protegendo as riquezas naturais da Amazônia).³³
- h. Em 2018, o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, prometeu abrir reservas indígenas para desenvolvimento comercial, incluindo mineração, agricultura e infraestrutura. Em 2019, isso já havia desencadeado uma série de invasões de terras indígenas por bandos armados de grileiros, e as comunidades estavam vivendo com medo de ataques futuros. Pelo menos 20 assassinatos de defensores da terra foram registrados.³⁴
- i. Em 2019, quase 90% dos assassinatos no Brasil [24] ocorreram na Amazônia.³⁵
- j. Em 2020, a Global Witness registrou 20 assassinatos de defensores da terra, quase três quartos dos ataques registrados ocorreram na região amazônica. O setor madeireiro estava ligado ao maior número de assassinatos, com 23 casos [globalmente], com ataques desse tipo no Brasil.³⁶

Enquanto a abordagem da CPT é extremamente ampla (abrangendo todas as categorias de camponeses/usuários da terra), a GW se concentra apenas nos defensores da terra.³⁷

3. Outras Fontes

³² “Defensores da Terra: Assassinatos Globais de Defensores da Terra e do Meio Ambiente em 2016”, Global Witness, 2017.

³³ “A que custo?: Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do ambiente em 2017”, Global Witness, 2018.

³⁴ “Inimigos do Estado? Como os governos e as empresas silenciam os defensores da terra e do ambiente”, Global Witness, julho de 2019 (“Esta [queda] está de acordo com uma queda geral nas taxas de homicídio no ano passado”).

³⁵ “Defender o Amanhã: A crise climática e as ameaças contra os defensores da terra e do ambiente”, Global Witness, julho de 2020.

³⁶ “Última Linha de Defesa: As indústrias causadoras da crise climática e os ataques contra os defensores da terra e do ambiente”, Global Witness, setembro de 2021 (“Definimos defensores da terra e do meio ambiente como pessoas que tomam uma posição e uma ação pacífica contra a exploração injusta, discriminatória, corrupta ou dos recursos naturais ou do ambiente”).

³⁷ A metodologia da CPT difere da Global Witness, pois, além de documentar os assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, também abrange os trabalhadores rurais mortos por causa de seu ativismo trabalhista e sindical. Da mesma forma, registram assassinatos de indivíduos em conflitos de terra que consideram serem gerados pela falta de ação governamental para enfrentar as causas profundas da violência rural. No entanto, esses indivíduos nem sempre se encaixam na definição de defensores da terra e do meio ambiente da Global Witness. Enquanto a Global Witness acompanha o assassinato de 'defensores da terra e do meio ambiente', a CPT monitora conflitos rurais que afetam pequenos agricultores, comunidades sem-terra, povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como sindicalistas rurais. Desde 1975, a CPT busca dar visibilidade à luta desses povos pela terra, pela água e por seus direitos e para isso se vale das identidades sociais que esses grupos determinaram para si.

11. A Human Rights Watch (HRW), a Anistia Internacional (Anistia) e várias outras organizações internacionais de direitos humanos publicaram relatórios relevantes para as alegações trazidas nesta comunicação.³⁸ De acordo com a HRW (via CPT), durante a década que terminou em 2019, mais de 300 pessoas morreram em conflitos pelo uso da terra e recursos nos estados amazônicos. Em muitos casos, os suspeitos são pessoas envolvidas no desmatamento ilegal.³⁹
12. O Departamento de Estado dos EUA tem documentado constantes violações de direitos humanos no Brasil desde pelo menos 2002, notadamente: crimes envolvendo violência ou ameaças de violência contra ativistas de direitos humanos e ambientais, povos indígenas e outras populações tradicionais. Os relatórios, datados de 2002, descrevem uma história bastante constante.⁴⁰
13. Em 2020, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu um relatório sobre a violência relacionada às comunidades rurais.⁴¹ Os dados da AGU abrangem o período de 1º de janeiro de 2010 a 31

³⁸ Veja, por exemplo, Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019 (“Esta seção documenta atos de violência e intimidação – incluindo o assassinato de 28 pessoas, a tentativa de assassinato de quatro, e mais de 40 casos de ameaças de morte – nos quais há provas confiáveis de que os perpetradores eram madeireiros e grileiros. Em um dos casos envolvendo nove vítimas, as provas indicam que um madeireiro ordenou o assassinato de fazendeiros para retirá-los das terras que desejava desmatar. Em outros casos, as vítimas parecem ter sido visadas porque tentaram ou estavam tentando impedir a extração ilegal de madeira. Vinte e seis dos assassinatos ou tentativas [...] ocorreram entre 2015 e 2019. [Existem] seis assassinatos anteriores a 2015 que apoiam a alegação de autoridades e membros da comunidade de que a violência por parte dos envolvidos na extração ilegal de madeira não é um fenômeno novo. Povos indígenas no Maranhão contaram à HRW sobre outros oito assassinatos desde 2016 que eles acreditam serem represálias pela defesa do meio ambiente das comunidades. Devido em parte à falta de investigações adequadas por parte das autoridades, a HRW não conseguiu confirmar esta conclusão. Durante a última década, as autoridades registraram vários casos de madeireiros respondendo com violência contra os esforços de fiscalização das agências governamentais em cinco estados amazônicos [7 exemplos de 2017–2019]. Os madeireiros às vezes matam ou tentam matar agentes do Estado que tentam proteger a floresta. [4 exemplos de 2009–2016] Pessoas envolvidas na extração ilegal de madeira também ameaçam e procuram intimidar servidores [4 exemplos].”).

³⁹ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, p. 58; *ibidem*, p. 59 (“Esta seção documenta atos de violência e intimidação – incluindo o assassinato de 28 pessoas, a tentativa de assassinato de quatro e mais de 40 casos de ameaças de morte – nos quais há provas críveis de que os perpetradores eram madeireiros e grileiros. Em um dos casos envolvendo nove vítimas, as provas indicam que um madeireiro ordenou o assassinato de fazendeiros para retirá-los das terras que desejava desmatar. Em outros casos, as vítimas parecem ter sido visadas porque tentaram ou estavam tentando impedir a extração ilegal de madeira. Vinte e seis dos assassinatos ou tentativas documentados na seção ocorreram entre 2015 e 2019. Esta seção inclui seis assassinatos anteriores a 2015 que apoiam a alegação de autoridades e membros da comunidade de que a violência por parte dos envolvidos na extração ilegal de madeira não é um fenômeno novo. Povos indígenas no Maranhão contaram à HRW sobre outros oito assassinatos desde 2016 que eles acreditam serem represálias pela defesa do meio ambiente das comunidades.”). *Ibidem*, Glossário (“[Consideramos] defensores do ambiente as pessoas que se enquadram na definição de ‘defensores dos direitos humanos ambientais’ estabelecida pelo relator especial da ONU sobre os defensores dos direitos humanos em 2016: ‘Indivíduos e grupos que, na sua capacidade pessoal ou profissional e de forma pacífica, se esforçam por proteger e promover os direitos humanos relacionados com o ambiente, incluindo a água, o ar, a terra, a flora e a fauna’”). (“[Consideramos] defensores florestais qualquer pessoa que tome medidas para proteger a floresta contra o desmatamento ilegal, tais como residentes locais que procurem fornecer informações sobre crimes ambientais à polícia e ao Ministério Público, povos indígenas que patrulhem a floresta, líderes indígenas que criam e apoiam essas patrulhas, e funcionários públicos que planejem ou conduzam operações e atividades de aplicação da lei ambiental”).

⁴⁰ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Reports.

⁴¹ Human Rights Watch, “Brasil Analisando a Violência contra os Residentes da Amazônia”, 26 de maio de 2020 (“Pela primeira vez, a Procuradoria-Geral da República produziu um relatório analisando a violência contra povos indígenas, comunidades rurais afro-brasileiras e outras comunidades rurais em risco por pessoas envolvidas na extração ilegal de madeira, mineração e grilagem de terras, principalmente na Amazônia. O relatório, publicado em 5 de maio, foi produzido em resposta a pedidos da Human Rights Watch por esses dados. [...] Após o lançamento do nosso relatório [Rainforest Mafias], a Human Rights Watch se reuniu várias vezes com procuradores da república, bem como com o procurador-geral Augusto Aras em janeiro. Nós os incentivamos a estudar a violência contra os defensores da floresta tropical com o objetivo de identificar padrões criminais e garantir que cada ameaça ou ataque seja completamente investigado e processado criminalmente. Também instamos a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – a agência encarregada de proteger e promover os direitos indígenas – a fornecer informações sobre a violência contra os povos indígenas que protegem a floresta tropical. A FUNAI, por sua vez, solicitou os dados à Procuradoria Geral da República. O relatório da Procuradoria Geral da República analisa 390 casos de ameaças e atos de violência cometidos na última década que foram processados criminalmente ou

de dezembro de 2019 (similar ao período objeto desta petição). O relatório documenta 390 casos específicos de homicídios, tentativas de homicídio, lesões corporais e ameaças contra povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores e ciganos). As principais conclusões são as seguintes:

- a. A maior parte da violência atingiu comunidades indígenas (63%), seguidas das demais (21%) e dos quilombolas (16%);
 - b. A forma de violência mais comum foi a ameaça (84%), seguida da lesão corporal (9,75%), homicídio (5,9%) e tentativa de homicídio (0,25%);
 - c. Em sua maior parte, a violência está relacionada a questões fundiárias (64%), seguida de exploração de recursos (14%) e projetos (12%);
 - d. Há alguma violência intra e intergrupos, além de alguns agentes estatais e outros;
 - e. A tendência tem sido ascendente, sendo 2017 o ano mais violento, seguido por 2019;
 - f. O Estado do Pará tem a maior incidência de violência;
 - g. A intervenção do governo por meio de políticas melhores é necessária.
14. Conforme observado, os dados coletados pelo CIMI tratam exclusivamente de populações indígenas. Isso fortalece as várias outras fontes (mais abrangentes em razão de seus propósitos particulares).
15. Por fim, as outras seis comunicações protocoladas até o momento⁴² incluem seus próprios catálogos de atividades criminosas, principalmente (mas não exclusivamente) com base nas fontes discutidas acima⁴³.

investigados por autoridades federais. Conclui que os conflitos relacionados à ocupação e uso de terras e recursos, incluindo madeira, são a principal causa de violência contra povos indígenas, comunidades rurais afro-brasileiras e outras comunidades rurais em situação de risco. Embora a violência relacionada aos recursos naturais no Brasil seja crônica há décadas, a falta de dados tem prejudicado a capacidade das agências governamentais de entender o alcance e a natureza do problema – e criar políticas viáveis para enfrentá-lo. As autoridades federais e estaduais devem usar os dados do Procurador-Geral para melhorar as políticas e fortalecer a aplicação das leis existentes destinadas a proteger o meio ambiente e os direitos dos povos indígenas.”)

⁴² Ver Comunicação, n.º 5.

⁴³ All Rise Communication, parágrafo 33 (“Além disso, juntamente com os agentes federais brasileiros dispostos e capazes de impor o Estado de direito, estas pessoas estão também na vanguarda da defesa e sustentação dos ecossistemas da Amazônia Legal brasileira, perigosamente ameaçados e sujeitos à violência através destes ataques”); All Rise Communication, parágrafo 64 (“Juntos, o grupo de pessoas descrito no parágrafo 61, identificado para efeitos destas apresentações como Dependentes e Defensores do Ambiente, partilham um conjunto coerente de crenças ideológicas ligadas ao meio ambiente de que dependem e defendem. Todos eles são vítimas do ataque generalizado descrito na presente comunicação. FN21”). All Rise Communication, parágrafos 13-14 (“Comunidades indígenas, outros povos tradicionais como os Quilombolas, Ribeirinhos (habitantes dos rios), Seringeiros (seringueiros) e ‘camponeses sem terra’ reassentados por agências governamentais [...]. Estas são as comunidades locais – os Dependentes e Defensores do Meio Ambiente vistos pelos grupos criminosos exploradores como danos colaterais ou ‘obstáculos’ à perseguição das vastas riquezas pilhadas - têm sido e continuam a ser perseguidos no Brasil”. All Rise Communication, parágrafos 31-32 (“A Amazônia Legal Brasileira cobre uma área de [...] cerca de 60% do território do Brasil [...], e é habitada por cerca de 30 milhões de pessoas (12% do total da população brasileira). Aproximadamente 70% estão concentrados nos raros centros urbanos; os restantes são comunidades indígenas e ‘povos tradicionais’ (Quilombolas, Ribeirinhos, Extractivistas, ou Seringeiros, trabalhadores rurais sem terra e suas famílias) que vivem principalmente ao longo dos rios”).

C. Casos Específicos de Criminalidade

16. Conforme mencionado, esta seção apresenta um catálogo extenso, mas não exaustivo, de casos específicos de criminalidade conhecidos pelas Requerentes com base nas várias fontes referidas na seção anterior.⁴⁴ Os vários crimes resumidos no corpo principal da Comunicação são aqui listados de forma abrangente de acordo com as seguintes cinco categorias: (i) massacres específicos (com múltiplas vítimas de homicídio); (ii) grupos específicos visados no longo prazo; (iii) certas áreas geográficas “perigosas”; (iv) Usuários de Terra e seus Defensores individualmente visados em todo o país; e (v) violência e intimidação contra servidores públicos. O material a seguir é reproduzido na íntegra e/ou parafraseado das fontes indicadas. O nome das vítimas, quando conhecido, está destacado em negrito.

1. Massacres Específicos

a. Massacre de Baião, Estado do Pará, março de 2019

17. Na noite do dia 21 de março de 2019, **Marlete da Silva Oliveira**, **Raimundo de Jesus Ferreira** (também conhecido como Raimundinho) e **Venilson da Silva Santos** (também conhecido como Vinícius) foram mortos ao estilo de execução, com tiro único na cabeça, em barraco na propriedade do fazendeiro Fernando Ferreira Rosa Filho (“Rosa”), para quem trabalhavam. Os assassinos incendiaram os corpos e o barraco. A polícia acredita que Rosa contratou quatro irmãos para levar a cabo a execução porque temia que os empregados – que se queixaram de suas condições de trabalho – dissessem às autoridades que ele estava envolvido com extração ilegal de madeira e tráfico de drogas. Após matar os três funcionários, os pistoleiros viajaram 20 quilômetros até a casa de **Dilma Ferreira Silva**, no Assentamento Renato Lima (Salvador Alhende), um projeto de reforma agrária para agricultores pobres implantado pelo INCRA, a cerca de 20 km do local dos três primeiros homicídios (30 km da Vila do “KM 50”, na Rodovia Transcarnetá BR 422). Silva era coordenadora local do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que defendia pessoas que, como ela, acreditavam não terem sido devidamente indenizadas pelos danos decorrentes da construção das barragens. Os pistoleiros entraram na casa de Silva e a mataram, juntamente com seu marido, **Claudinor Amaro Costa da Silva**, e um amigo e vizinho, **Milton Lopes**. As mãos e os pés de Silva estavam amarrados. O marido dela foi amordaçado. Os três foram mortos a facadas. Segundo relatos, Rosa ordenou a morte de Dilma porque ela havia ameaçado denunciá-lo por extração ilegal de madeira à polícia e ao

⁴⁴ Nota. All Rise forneceu um grande número de exemplos para o período de 2019-2021. Veja All Rise, “Comunicação ao abrigo do Artigo 15 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional sobre a Comissão de Crimes Contra a Humanidade contra Dependentes e Defensores do Ambiente na Amazônia Legal Brasileira, de Janeiro de 2019 até o presente, perpetrada pelo Presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro e pelos principais atores da sua anterior ou atual administração”, 12 de outubro de 2021 (o “All Rise Communication”), parágrafos 173-189 (“Assassinato, ameaças de morte e atos de intimidação contra povos indígenas”); All Rise Communication, parágrafos 190–200 (“Assassinato, ameaças de morte e atos de intimidação contra ativistas de direitos à terra e quilombolas”); All Rise Communication, parágrafos 201–208 (“Assassinato, ameaças de morte e atos de intimidação contra agentes federais e outros Defensores Ambientais”).

IBAMA. Os pistoleiros mataram o marido e Lopes, o vizinho, apenas porque estavam na casa no momento do crime.⁴⁵

b. Massacre de Colniza, Mato Grosso, abril de 2017

18. No pôr do sol de 19 de abril de 2017, quatro integrantes de um grupo de assassinos de aluguel conhecidos como “os encapuzados”, incluindo um ex-policia militar, assassinaram indiscriminadamente nove pessoas em um assentamento em Taquaruçu do Norte, segundo promotores. Taquaruçu do Norte fica no município de Colniza, no estado de Mato Grosso. Os assassinos amarraram e degolaram **Francisco Chaves da Silva, Edson Alves Antunes, Izaul Brito dos Santos e Valmir Rangel do Nascimento**; esfaquearam até a morte **Ezequias Santos de Oliveira e Sebastião Ferreira de Souza**; e mataram a tiros **Aldo Aparecido Carlini, Fabio Rodrigues dos Santos e Samuel da Cunha**. Os promotores denunciaram Valdelir João de Souza, proprietário de duas madeireiras próximas, por ordenar os assassinatos para afugentar as 300 famílias de agricultores de subsistência que viviam na área, para que ele pudesse tomar a terra e extrair a madeira. A polícia está investigando se outros fazendeiros locais também estão envolvidos na ordem do Massacre de Colniza, como ficou conhecido.⁴⁶

c. Massacre de Pau d'Arco, estado do Pará, maio de 2017

19. Na manhã do dia 24 de maio de 2017, dez trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados durante uma operação realizada pelas polícias militar e civil com a justificativa de cumprir ordens judiciais. A ação ocorreu dentro da Fazenda Santa Lúcia, que havia sido ocupada por trabalhadores rurais sem-terra no dia anterior. Entre os mortos está **Jane Júlia de Almeida**, líder do acampamento e a única mulher morta naquele dia. De acordo com uma testemunha, os criminosos sorriam enquanto atiravam nos camponeses no campo dos sem-terra. Segundo um dos trabalhadores sobreviventes, o primeiro a acordar naquele dia, tudo começou com o barulho inusitado de carros se aproximando do acampamento. Ele ficou surpreso e decidiu acordar o

⁴⁵ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 66–67. All Rise Communication, parágrafo 197 (“Em 22 de março de 2019, **Dilma Ferreira Silva**, líder ativista socioambiental do Movimento dos Atingidos por Barragens), seu marido e um amigo foram assassinados por motociclistas encapuzados no município de Baião a cerca de 60 km da barragem de Tucuruí (Pará). **Dilma Ferreira Silva** era uma ativista reconhecida internacionalmente que vinha pressionando o governo brasileiro a promulgar legislação que estabelecesse os direitos dos deslocados por barragens e lhes proporcionasse indenizações. Dois dias depois, três corpos queimados foram encontrados em uma fazenda de gado a apenas 14 quilômetros de onde Dilma Ferreira Silva e as outras duas vítimas moravam.”) Comunicação All Rise, Anexo do estado do Pará, parágrafo 79 (“Em 22 de março de 2019, a ativista antibarragem de renome internacional **Dilma Ferreira Silva**, seu marido e um amigo foram assassinados por motociclistas encapuzados no município de Baião. Eles foram assassinados dentro da casa da família; A Sra. Silva teve sua garganta cortada depois de ver seu marido e amigo serem mortos. A Sra. Silva, uma das 32.000 pessoas deslocadas durante a construção da megabarragem de Tucuruí, vinha pressionando o governo a promulgar legislação estabelecendo os direitos dos deslocados pelas barragens.”) Comunicação All Rise, Anexo do estado do Pará, parágrafo 80 (“Houve outros assassinatos dois dias depois, quando três corpos queimados foram encontrados em uma fazenda de gado a apenas 14 quilômetros de onde a Sra. Silva morava. As três novas vítimas foram identificadas como **Marlete da Silva Oliveira, Raimundo de Jesus Ferreira**, que cuidava da fazenda, e **Venilson da Silva Santos**, que trabalhava lá como tratorista. De acordo com a polícia, os três funcionários da fazenda estavam pensando em tomar medidas legais contra seu empregador por não respeitar seus direitos trabalhistas.”).

⁴⁶ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 79. “A que custo?: Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do ambiente em 2017”, Global Witness, 2018 (“O primeiro massacre do ano viu assassinos contratados torturarem e matarem nove aldeões no estado de Mato Grosso em 19 de abril de 2017.”).

resto dos trabalhadores. Dois sem-terra foram ver o que estava acontecendo. “*Eles voltaram correndo, dizendo que tinha muitos policiais, foi aí que começamos a correr. Corremos muito na floresta. Paramos debaixo de uma árvore quando os ouvimos chegar ao acampamento chutando latas, quebrando tudo*”, comentou um sobrevivente que teve sua identidade protegida. Uma vítima sobrevivente conta que estava escondida em um arbusto, onde viveu momentos intensos de sofrimento e desespero junto com Jane Almeida. “*Eu saí correndo e ela ficou ali sentada, não sei se mataram ela sentada, só lembro o que eles disseram: levanta pra morrer puta safada. Eles a xingaram com vários nomes e ao mesmo tempo sorriram e atiraram*”. Os corpos dos dez trabalhadores foram levados para Redenção, cidade vizinha, empilhados na caçamba de picapes e permaneceram no hospital até a meia-noite daquele dia. Segundo o agente da CPT, Igor Machado, as famílias, que aguardavam a liberação dos corpos, viram-nos chegar empilhados no caminhão, envoltos em lonas pretas. A cena causou revolta e indignação. “*Aquilo foi terrível, a desumanização em si, foi muito indigno, então uma segunda camada de violência foi adicionada, eles já foram mortos em um contexto de massacre e os corpos ainda chegam neste estado. Tudo aquilo foi muito chocante*”.⁴⁷

20. Em janeiro de 2021, o defensor do direito à terra **Fernando dos Santos Araújo**, testemunha-chave e sobrevivente do massacre de trabalhadores rurais em 2017, foi encontrado morto a tiros em sua casa no estado do Pará. Ele havia testemunhado na investigação criminal sobre os assassinatos por policiais de dez trabalhadores que ocupavam terras em Pau D'Arco em 2017. Ele havia contado a organizações locais de direitos humanos sobre as recentes ameaças de morte contra ele. O advogado de direitos humanos **José Vargas Sobrinho Junior** também foi ameaçado por seus esforços para garantir a responsabilização pelos assassinatos em Pau D'Arco.⁴⁸

2. Grupos específicos visados no longo prazo

a. Povo Guarani-Kaiowá, estado do Mato Grosso do Sul, 2011–2021

21. Em 23 de agosto de 2011, homens suspeitos de serem empregados de fazendas vizinhas atacaram um grupo de aproximadamente 125 famílias da tribo Guarani-Kaiowá em seu acampamento na beira da estrada próximo à cidade de Iguatemi, no estado do Mato Grosso do Sul. As famílias haviam retornado havia pouco às terras ancestrais em processo de demarcação. Líderes tribais pediram ajuda ao Ministério Público Estadual e à FUNAI, mas não receberam apoio e não houve investigação policial nem prisões. Apesar do apoio público do governo do

⁴⁷ “A que custo?: Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do ambiente em 2017”, Global Witness, 2018 (“Em um segundo massacre em 24 de maio [2017], cerca de 30 policiais abriram fogo contra um grupo de agricultores sem-terra em estado do Pará, matando 10 deles. Os fazendeiros haviam ocupado pacificamente a fazenda Santa Lucia no dia anterior para exigir que seus direitos à terra fossem reconhecidos.”) *Nota*. O sudeste do Pará também foi palco do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, quando 21 trabalhadores rurais foram mortos.

⁴⁸ All Rise Communication, parágrafo 205; *ibidem*, Anexo do Estado do Pará, parágrafo 85.

estado de Mato Grosso do Sul, da polícia e da FUNAI, a localização remota do acampamento dificultou o fornecimento desse apoio.⁴⁹

22. Na madrugada de 18 de novembro de 2011, cerca de 40 pistoleiros entraram em um acampamento indígena Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul e atiraram no líder tribal **Nísio Gomes** antes de arrastá-lo dali. O corpo de Gomes e as **três crianças indígenas** sequestradas durante o ataque não foram vistos desde então. Nas semanas anteriores ao assassinato, pistoleiros ameaçaram repetidamente os moradores do acampamento Guaiviry e, dois dias antes do ataque, teriam ameaçado tirar a vida de Nísio Gomes. Cerca de 60 Guarani-Kaiowá se estabeleceram em Guaiviry, em 1º de novembro de 2011, em terras que estavam em processo de identificação oficial como território ancestral, mas que estavam sendo usadas por agricultores e pecuaristas locais.⁵⁰ Suspeita-se de pistoleiros contratados por pecuaristas com a intenção de expulsar os Guarani-Kaiowá das terras contestadas.⁵¹ Uma empresa de segurança privada, a *Gaspem Segurança*, está envolvida na morte de Gomes e de outro líder indígena, **Dorvalino Rocha**.⁵² A mesma empresa foi considerada responsável por queimar casas indígenas e sequestrar e espancar indígenas de 2009 a 2011.⁵³
23. Em agosto de 2013, incêndios destruíram um quinto da reserva de Maraiwatsede; agentes públicos atribuíram os incêndios a produtores de soja e pecuaristas que teriam agido por vingança por sua expulsão das terras em 2012.⁵⁴ Pistoleiros mataram dois indígenas no Mato Grosso do Sul em junho de 2013. O CIMI atribui os assassinatos ao desejo dos povos Guarani-Kaiowá de expandir seu território próximo a três fazendas de gado.⁵⁵
24. A maior parte da violência contra indígenas no Mato Grosso do Sul em 2014 envolveu o povo Guarani-Kaiowá e estava ligada a disputas pela demarcação de terras. O CIMI atribuiu a

⁴⁹ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2011, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas; Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2012, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

⁵⁰ "Uma Crise Escondida: aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas", Global Witness, 19 de junho de 2012.

⁵¹ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2011, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

⁵² G1 MS (31 de janeiro de 2018), Justiça determina multa de R\$ 240 mil e fim da empresa de segurança acusada por morte de indígenas, <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/justica-determina-multa-de-r-240-mil-e-fim-da-empresa-de-seguranca-acusada-por-mortes-de-indigenas.ghtml>; Combate Racismo Ambiental (17 de janeiro de 2014), Íntegra da Decisão da Justiça Federal que determinou o fechamento da empresa Gaspem, envolvida em mortes de lideranças indígenas, <https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/01/17/integra-da-decisao-da-justica-federal-que-determinou-o-fechamento-da-empresa-gaspem-envolvida-em-mortes-de-liderancas-indigenas/>.

⁵³ Ministério Público Federal (31 de janeiro de 2018), Justiça determina multa de R\$ 240 mil e fechamento de empresa de segurança relativa à morte de indígenas, <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/milicia-privada-fechamento-compulsorio-e-multa-de-r-240-mil-para-empresa-envolvida-em-morte-de-indigenas>. Nota. Um juiz federal de Mato Grosso do Sul decidiu que a empresa perseguia objetivos ilegítimos que incluíam a coordenação de ataques contra povos indígenas. O juiz reconheceu a Gaspem Segurança como "força paramilitar ou milícia privada" responsável por pelo menos oito eventos no Mato Grosso do Sul entre 2009 e 2011 relacionados à violência contra indígenas para "intimidar e aterrorizar as comunidades", o que motivou o juiz a ordenar a dissolução da empresa. Processo 0000977-52.2013.4.03.6002, Sentença de 14 de outubro de 2016, Justiça Federal de Dourados, disponível em <http://www.jfsp.jus.br/foruns-federais/?numeroProcesso=0000977-52.2013.4.03.6002>.

⁵⁴ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2013, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

⁵⁵ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2013, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

violência contra os povos Guarani-Kaiowá à contínua expansão das terras usadas para agricultura e pecuária, bem como aos atrasos na demarcação das terras Guarani-Kaiowá.⁵⁶

25. Em junho de 2016, o agente de saúde pública **Clodioli Aquileu Rodrigues de Souza** foi baleado e morto e seis indígenas ficaram feridos no município de Carapo, estado de Mato Grosso do Sul, em terras reivindicadas pelo grupo indígena Guarani-Kaiowá. Acredita-se que forças agindo a mando de ricos proprietários de terras realizaram o ataque em represália à comunidade indígena que buscava o reconhecimento de seus direitos à terra.⁵⁷
26. Em 2019, o corpo de **Demilson Ovelar Mendes**, membro da comunidade indígena Avá-Guarani, foi encontrado em uma plantação de soja a poucos quilômetros da aldeia onde morava.⁵⁸
27. Em junho de 2020, o indígena defensor do meio ambiente, **Virgínio Tupã Rero Jevy Benites**, de 24 anos, foi assassinado em Vila Ponte Nova, no Pará, enquanto outro membro do povo Avá-Guarani foi agredido com extrema violência.⁵⁹
28. Em março de 2021, três homens Guarani-Kaiowá foram agredidos na Terra Indígena Guaiviry, em Aral Moreira, Mato Grosso do Sul. Dois deles foram espancados até ficarem inconscientes e jogados em uma vala enquanto um de seus agressores teria gritado “Vocês índios são vagabundos, invasores! Se você for o irmão do cacique, eu vou te matar!”⁶⁰.

b. “Guardiões da Floresta”, Maranhão, 2013–2020

i. Guardiões de Governador

29. Em março de 2013, um grupo de guardiões da floresta Pyhcop Catiji encontrou quatro caminhões de transporte de madeira, um trator e 20 madeireiros armados na Terra Indígena Governador, segundo **Eýy Cy**, cacique da aldeia Governador. Os guardiões mobilizaram os aldeões. Chegando em massa, os aldeões pegaram os madeireiros de surpresa, desarmando-os e ordenando que deixassem o território. Em seguida, conduziram os caminhões madeireiros e o trator até a Vila Governador. Eýy Cy ligou para a Funai, e a agência alertou a Polícia Federal. Na noite seguinte, dois funcionários da Funai e quatro policiais estaduais chegaram a Governador. No caminho, a polícia estadual viu madeireiros montando um bloqueio na estrada

⁵⁶ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2014, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

⁵⁷ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2016, Section 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas. Embora não tenha havido mortes relatadas, o incidente foi identificado como o “massacre de Caarapo” pelo Comissário Interamericano. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2018), Observações Preliminares da visita in loco da CIDH ao Brasil, disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf>.

⁵⁸ ‘Defendendo o Amanhã: A crise climática e as ameaças contra os defensores da terra e do meio-ambiente, Global Witness, Julho de 2020.

⁵⁹ All Rise Communication, parágrafo 184.

⁶⁰ All Rise Communication, parágrafo 178.

de terra de Governador para a cidade vizinha de Amarante do Maranhão. Nas primeiras horas da manhã, os policiais estaduais partiram sem avisar os moradores ou levar os veículos confiscados. **Frederico Pereira Guajajara**, um líder dos Tenetehara que vive na vizinha Terra Indígena Araribóia, viu o bloqueio enquanto viajava de moto para Amarante de Maranhão. Um grupo de cerca de 20 madeireiros estava queimando pneus no meio da estrada de terra. Guajajara parou para gravar a cena em seu celular. Cinco madeireiros carregando pedaços de madeira o cercaram, ele nos disse, e o espancaram na cabeça e nas costas. Quebraram o telefone dele, e um deles disse: “Vamos pegar esse índio e jogá-lo no fogo”. Um indígena Pyhcop Catiji, desconhecido de Guajajara, intercedeu em favor de Guajajara e os madeireiros o soltaram.⁶¹

30. Quatro dias após a saída da polícia estadual, seis policiais federais chegaram e tentaram negociar com uma multidão de madeireiros que mantinham o bloqueio na estrada. Cerca de 70 madeireiros atacaram o carro da polícia. Os policiais se retiraram para Governador. No dia seguinte, a polícia militar chegou para resgatar os policiais federais. Os policiais partiram juntos sem levar os caminhões de transporte de madeira e o trator que os guardiões da floresta haviam apreendido. Nos 11 dias seguintes, sem proteção das autoridades estaduais ou federais, os Pyhcop Catiji viveram com medo e com os veículos madeireiros confiscados ainda estacionados na vila de Governador. **Pyn Hýc**, esposa de Augusto Gavião, um líder dos Pyhcop Catiji, disse que ele recebeu ligações anônimas com ameaças várias vezes durante esses 11 dias. Ela disse que atendeu duas vezes o telefone de Gavião. Ela recebeu ameaças de que iriam incendiar o carro utilizado pelos guardas florestais caso tentassem conduzi-lo até Amarante do Maranhão. Disseram-lhe para avisar a comunidade que iriam invadir “a qualquer momento”, disse ela, e ameaçaram matar três líderes indígenas, que nomearam. **Marcelo Gavião**, coordenador dos guardiões da floresta, também foi ameaçado em cinco ligações anônimas. Se ele não liberasse os caminhões, foi ameaçado de que a aldeia seria atacada à noite e ele seria morto em sua casa.⁶²
31. Enquanto isso, alguém jogou uma corrente de motocicleta nas linhas de energia. Governador ficou sem energia por cerca de dois dias. Durante os 11 dias do impasse, donos de lojas e postos de gasolina em Amarante do Maranhão recusaram atendimento ao povo Pyhcop Catiji. “Estávamos com fome”, disse **Pyn Hýc**. Eýy Cy, cacique de Governador, disse acreditar que os madeireiros ameaçaram os lojistas.⁶³

⁶¹ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 84–86.

⁶² Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 84–86.

⁶³ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 84–86.

ii. Guardiões Tenetehara

32. Membros dos guardiões da floresta Tenetehara na Terra Indígena Araribóia receberam repetidas ameaças de madeireiros. **Iwyramu**, o atual coordenador dos guardiões da floresta, lembrou-se de um madeireiro dizendo a ele, provavelmente em 2015: “Se você não fizer um acordo conosco, vamos atirar em todo mundo, como fizemos em Lagoa Comprida”. (Naquele incidente em 2007, madeireiros invadiram uma vila de Tenetehara para recuperar um caminhão de transporte de madeira, matando um e ferindo três.) Em novembro de 2016, um cacique da aldeia Tenetehara disse a Iwyramu que um sobrinho seu que trabalhava para um fazendeiro local havia recebido 8.000 reais “para matar” Iwyramu. Em junho de 2017, um homem conhecido pela comunidade como envolvido na extração ilegal de madeira disse a um cacique de aldeia Tenetehara que faria os guardiões pagarem “de qualquer forma necessária”. Em outubro de 2017, os guardiões da floresta Tenetehara queimaram um caminhão de transporte de madeira que encontraram na Terra Indígena Araribóia. Logo depois, **João Guajajara** (pseudônimo), cacique de uma das aldeias Araribóia, visitou a cidade de Amarante do Maranhão. Um madeireiro que ele acreditava ser o dono do caminhão se aproximou, disse ele, e o ameaçou. “Você está no meio disso... se não me contar a verdade... você também vai estar na lista”. O homem mencionou outros líderes que estavam defendendo a floresta da extração ilegal de madeira. “Você vai levar um tiro”. Em maio de 2018, um homem que os guardiões da floresta haviam, no passado, detido derrubando árvores em Araribóia disse ao irmão de **Franciel Souza Guajajara**, que era o coordenador dos guardiões da floresta na época, que Guajajara e outro líder indígena deveriam “tomar cuidado na cidade”. Algumas semanas depois, o filho de outro madeireiro disse ao irmão de Guajajara que se os guardiões pusessem as mãos em seu equipamento “todos vão pagar, inclusive as crianças”.⁶⁴

iii. Guardiões Guajajara

33. Em 1º de novembro de 2019, dois integrantes de um grupo de 120 voluntários do Povo Guajarara conhecidos como “Guardiões da Floresta”, encarregados de fazer patrulhas armadas e destruir acampamentos madeireiros ilegais, foram emboscados por cinco pistoleiros e baleados, levando à morte de **Paulo Paulino Guajajara**. Poucas semanas depois, em 7 de dezembro de 2019, um pistoleiro não identificado matou a tiros dois líderes indígenas, **Firmino Prexede Guajajara** e **Raimundo Guajarara**, e deixou outros dois feridos. As vítimas voltavam de uma reunião com a FUNAI onde defendiam seus direitos. Líderes indígenas das aldeias Guajajara e outros guardiões também relataram ameaças de morte.⁶⁵

⁶⁴ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 79–81.

⁶⁵ All Rise Communication, parágrafo 180; Human Rights Watch, “A Amazônia brasileira - e os seus defensores - estão sob ataque de madeireiros ilegais”, 15 de novembro de 2019 (publicado em Foreign Policy) (“Em 1 de novembro de 2019, cinco pistoleiros que os Tenetehara acreditam estarem envolvidos na extração ilegal de madeira emboscaram dois homens Tenetehara, **Kwahu** e **Tainaky**, perto de Lagoa Comprida. Os pistoleiros mataram Kwahu e atiraram nas costas e no braço de Tainaky, mas ele sobreviveu. Tainaky é o nome Tenetehara de **Laércio Souza Silva**. O nome não indígena de Kwahu

34. Em 7 de dezembro de 2019, **Firmino Guajajara** e **Raimundo Guajajara**, dois líderes do povo Guajajara, foram assassinados às margens da rodovia BR-226, no município de Jenipapo dos Vieiras-MA, próximo à aldeia El Betel, na Terra Indígena Cana Brava. Outros quatro indígenas ficaram feridos no ataque.⁶⁶
35. O assassinato de **Zeziro Guajajara**, líder indígena e apoiador dos Guardiões da Floresta foi informado em abril de 2020.⁶⁷ O assassinato do líder indígena e defensor do meio ambiente e direitos humanos **Zeziro Rodrigues** em março de 2020 em Arame, Maranhão, foi o quinto assassinato de um indígena Guajajara em poucos meses. Rodrigues atuava como diretor do Centro de Educação Escolar e combatia crimes ambientais. Segundo líderes indígenas da região, ele teria recebido ameaças de morte e se queixado formalmente à FUNAI e à Polícia Federal.⁶⁸
36. Duas famílias Guajajara foram expulsas à força por pistoleiros da Terra Indígena Bacurizinho, município do Grajaú, em 19 de setembro de 2020.⁶⁹

c. Povo Gamela, Maranhão, 2017

37. Em um dos maiores ataques de 2017, os indígenas Gamela foram agredidos. Facões e rifles foram usados na tentativa de tomar o controle de suas terras à força, deixando 22 gravemente feridos, alguns com as mãos decepadas. Cinco membros da comunidade foram baleados, dois tiveram os braços decepados e outros seis foram esfaqueados supostamente por protestarem contra a invasão de suas terras por poderosos pecuaristas e madeireiros.⁷⁰ No estado do Maranhão, em 30 de abril de 2017, pecuaristas atacaram e feriram pelo menos 13 membros do grupo indígena Gamela que ocupavam terras que alegavam terem sido roubadas durante o programa Terra Legal de 2013. Em setembro de 2017, surgiram relatos de que um grupo de garimpeiros ilegais se gabava de ter matado, em agosto, um grupo de indígenas de uma tribo isolada casualmente encontrado perto da fronteira com a Colômbia e o Peru.⁷¹

é **Paulo Paulino Guajajara**.”); Human Rights Watch, Relatório Mundial 2020, Brasil, Eventos de 2019 (“Em novembro de 2019, **Paulo Paulino Guajajara**, um defensor da floresta indígena, foi morto, supostamente por madeireiros.”); Human Rights Watch, “Um ano de políticas anti-direitos ruins no Brasil”, 15 de janeiro de 2020 (publicado na Folha de São Paulo) (“Os dois Tenetehara atacados em 1º de novembro eram guardiões da floresta.”); “Defendendo o Amanhã: A Crise Climática e as Ameaças Contra os Defensores da Terra e do Ambiente”, Global Witness, julho de 2020 (“Em 1º de novembro de 2019, **Paulo Paulino Guajajara**, 26 anos, foi morto a tiros quando um grupo de pelo menos cinco madeireiros ilegais o emboscaram junto a outro membro da tribo Guajajara no estado do Maranhão. Ambos eram membros dos Guardiões da Floresta, um grupo que trabalha no combate às gangues madeireiras ilegais que invadem terras indígenas.”).

⁶⁶ Amazon Watch, Declaração à Imprensa sobre os Assassinatos de Firmino Guajajara e Raimundo Guajajara, 7 de Dezembro de 2019.

⁶⁷ All Rise Communication, parágrafo 180.

⁶⁸ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2020, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

⁶⁹ All Rise Communication, parágrafo 180.

⁷⁰ “A que custo?: Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do ambiente em 2017”, Global Witness, 2018.

⁷¹ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2017, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

d. Povo Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia, 2019–2020

38. Desde janeiro de 2019, agricultores e grileiros locais aumentaram os esforços para se apossar ilegalmente de lotes na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Em abril de 2019, o povo Uru-Eu-Wau-Wau disse à Anistia Internacional que, em janeiro de 2019, havia enfrentado cerca de 40 intrusos armados com foices e facões que estavam abrindo caminho em seu território a cerca de dois quilômetros de uma aldeia indígena e logo ao lado da estrada usada para entrar e sair do seu território. Quando solicitados a sair, os invasores teriam respondido que mais invasores viriam e ameaçado matar as crianças indígenas. Em julho de 2019, um agente ambiental federal denunciou ameaças e atos de intimidação que havia recebido. Explicou que, em maio de 2019, ele e seus colegas foram cercados por 32 homens enquanto consertavam a estrada de acesso ao território e Parque Nacional Pacaás Novos: “Estávamos cercados por intrusos. Trinta e dois homens, a maioria encapuzados, chegaram a pé atrás de nós carregando garrafas com gás. Eles me deram documentos provando que a associação estava comprando terras [dentro das áreas protegidas]. Eles queriam que parássemos de consertar a estrada. Houve muita gritaria, ameaças, chamaram-nos de bandidos. Tudo durou uma hora e quinze minutos. Foi tenso. [Semanas depois, após informarmos a eles que os documentos não eram válidos], eles começaram a nos enviar mensagens de áudio com ameaças. Uma mensagem dizia: 'Nós respeitamos você – até agora.’”⁷² **Ari Uru-Eu-Wau-Wau**, da comunidade Uru-Eu-Wau-Wau, que fazia parte de uma patrulha formada para proteger o território indígena, foi assassinado em abril de 2020.⁷³

e. Povo Mundukuru, Estados do Pará e Amazonas, 2019–2021

39. Em novembro de 2019, no estado do Pará, **Alessandra Korap**, mulher indígena e defensora de direitos humanos, foi uma das líderes que foram a Brasília protestar contra o aumento das atividades de mineração ilegal e ataques a líderes indígenas da região. Seu discurso no evento foi recebido com ameaças nas redes sociais por pessoas ligadas ao setor de mineração. Em 30 de novembro de 2019, a casa dela em Santarém foi invadida. A maioria de seus pertences foi destruída, e documentos pessoais, telefones, um tablet, a televisão e o disco rígido de sua câmera foram levados. No dia seguinte, a delegacia local se recusou a ajudá-la quando ela tentou denunciar a invasão.⁷⁴
40. Em junho de 2020, um conflito na região do rio Abacaxis, na Terra Indígena Kwatá Laranjal, no Amazonas, levou ao assassinato de dois jovens do povo Munduruku, **Josimar Moraes Lopes**,

⁷² All Rise Communication, parágrafo 179 (“Em janeiro de 2019, cerca de 40 invasores armados com foices e facões invadiram a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (estado de Rondônia), a cerca de dois quilômetros de uma aldeia indígena.”)

⁷³ All Rise Communication, parágrafo 179.

⁷⁴ All Rise Communication, parágrafo 183; All Rise Communication, Anexo do Estado do Pará, parágrafo 62.

25, e **Josivan Moraes Lopes**, 18. Também foram assassinados **Ari Uru-Eu-Wau-Wau**, **Zezeico Guajajara**, **Yanomami Original** e **Marcos Arokona**.⁷⁵ As vítimas estavam em um grupo de indígenas investigando o movimento de um helicóptero quando se depararam com dois garimpeiros próximos a uma pista de pouso ilegal. Assustados com a visão dos Yanomami, os garimpeiros responderam agressivamente atirando neles. Um indígena foi morto, enquanto os outros fugiram para a floresta. Os mineiros os perseguiram e mataram outro indígena a tiros.⁷⁶

41. Invasões semelhantes foram relatadas na Terra Indígena Kwatá Laranjal, Nova Olinda do Norte, Amazonas, levando ao assassinato de dois jovens Munduruku em 6 de agosto de 2020.⁷⁷
42. Em março de 2021, em Jacareacanga, Estado do Pará, garimpeiros ilegais invadiram terras da comunidade Munduruku. A Associação de Mulheres Munduruku Wakoborün, juntamente com a Associação Da'uk, a Associação Arikico, o Movimento Munduruku Ipereg Ayu e o Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (CIMAT) se organizaram em uma resistência contra a mineração ilegal em dezembro de 2020. Em 25 de março de 2021, indivíduos a favor da mineração atacaram a sede da Associação de Mulheres Munduruku Wakoborün e incendiaram documentos, material de escritório, móveis e artesanato. Os invasores também incendiaram três casas na aldeia, incluindo a de **Maria Leusa Munduruku**, coordenadora da associação. Poucos meses depois, em 9 de junho de 2021, em Jacareacanga, garimpeiros atacaram o ônibus que traria uma delegação de líderes Munduruku do Alto Tapajós a Brasília para denunciar a crescente violência contra os indígenas.⁷⁸

3. Áreas geográficas perigosas⁷⁹

a. Areia, Estado do Pará, 2010–2018

43. Em 1998, o INCRA criou o assentamento Areia no Estado do Pará, fornecendo lotes para cerca de 300 famílias pobres. Em cinco anos, de acordo com um estudo de 2013 do INCRA, fazendeiros envolvidos na extração ilegal de madeira tomaram o controle de grande parte do assentamento, usando-o para obter acesso a florestas protegidas próximas. Um ex-madeireiro que virou delator disse a um repórter em 2012 que madeireiros que operam na área mataram 15 pessoas nos dois anos anteriores. O estudo de 2013 do INCRA informou que as famílias que

⁷⁵ All Rise Communication, parágrafo 184.

⁷⁶ All Rise Communication, Anexo do Estado de Roraima, parágrafo 71.

⁷⁷ All Rise Communication, parágrafo 186.

⁷⁸ All Rise Communication, parágrafo 188; *ibidem*, Anexo do Estado do Pará, parágrafos 64–74.

⁷⁹ Nota. Ver, por exemplo, All Rise Communication, Anexo do Estado do Pará, parágrafo 76 (“Uma pesquisa de 12 estados brasileiros pela Global Witness revelou que o Pará tem a maior taxa de mortalidade para Defensores Ambientais.”); All Rise Communication, Anexo do Estado do Pará, parágrafo 60 (“O Estado do Pará tem um histórico de atos de intimidação, ameaças de morte e assassinatos contra defensores do meio ambiente e da terra, incluindo povos indígenas. Segundo a CPT, ocorreram 26 massacres, ou seja, assassinatos envolvendo pelo menos três vítimas, causando a morte de 125 pessoas no estado entre 1985 e 2017.”)

permaneceram no assentamento estavam “paralisadas pelo medo causado por um histórico sombrio de violência e assassinatos”.⁸⁰

44. Moradores de Areia disseram que os fazendeiros continuaram praticando a extração ilegal de madeira e empregando pistoleiros para proteger suas atividades e intimidar e matar aqueles que atrapalhassem. Esses moradores falaram de quatro mortes relacionadas à extração de madeira que ocorreram no assentamento Areia desde 2011. **João Carlos Baú**, conhecido como “Cuca”, e outros dois haviam trabalhado para madeireiros e, não tendo sido pagos conforme o combinado, ameaçaram denunciar às autoridades a extração ilegal de madeira e abusos trabalhistas, disseram os moradores. Os madeireiros os mataram, acreditam os moradores, para evitar que fossem às autoridades. O quarto assassinato relatado pelos moradores envolveu **João Chupel Primo**, que inicialmente estava envolvido na extração ilegal de madeira, mas, depois de mudar de ideia, começou a gravar secretamente conversas com membros de uma rede ilegal de extração de madeira para obter provas de suas atividades criminosas. Primo se reuniu com policiais estaduais e federais e agentes do ICMBio em setembro e outubro de 2011 e informou que madeireiros estavam usando o assentamento Areia para acessar madeira na Reserva Riozinho do Anfrísio e na Floresta Nacional do Trairão. No final de outubro, ele também se reuniu com Procuradores da República. Dois dias depois dessa reunião, em 22 de outubro de 2011, pistoleiros o mataram a tiros na cidade vizinha de Itaituba.⁸¹
45. **Oswalinda Marcelino Alves Pereira** e seu marido, **Daniel Alves Pereira**, ambos pequenos agricultores do assentamento, tornaram-se alvos de intimidação de fazendeiros envolvidos na extração ilegal de madeira em 2011, depois que Oswalinda fundou a Associação de Mulheres Areia II e obteve apoio do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) para reflorestar áreas onde ocorreu a exploração madeireira e desenvolver práticas agrícolas orgânicas sustentáveis. Pessoas envolvidas na extração ilegal de madeira desconfiavam do projeto. Os madeireiros perguntaram repetidamente se o pessoal do IPAM fazia parte do IBAMA e, em determinado momento, disseram à associação de mulheres para interromper o projeto de reflorestamento. Em 2012, enquanto Oswalinda recebia tratamento médico em um hospital da cidade de Santarém, uma mulher que ela não conhecia casualmente lhe disse que madeireiros haviam concordado em contribuir com 3.000 reais (cerca de US\$ 770) cada para pagar pelo assassinato de quatro ativistas. A mulher disse que os alvos eram dois vizinhos de Pereira, o marido de Oswalinda e a própria Oswalinda. No dia em que Daniel trouxe Oswalinda do hospital para casa, o casal encontrou um grupo de cerca de 12 madeireiros esperando em sua casa acompanhados por um contingente de homens armados. Os madeireiros ofereceram dinheiro aos Pereiras para assinarem uma carta em nome da Associação de Mulheres de Areia II pedindo

⁸⁰ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019.

⁸¹ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019.

ao IBAMA e ao ICMBio que não realizassem operações em Areia. Quando Osvailinda se recusou a assinar, um deles disse: “Você vai morrer como Dorothy”, referindo-se a Dorothy Stang, freira americana assassinada no Pará em 2005. O casal registrou queixa nas polícias estadual e federal. Pouco depois, vários madeireiros armados abordaram Daniel e **Antônio de Paula e Silva**, fazendeiro de Areia que participava das atividades da associação, quando eles estavam na cidade de Trairão, e os levaram para uma casa na cidade. Os madeireiros acusaram os dois agricultores de fornecer informações sobre a extração ilegal de madeira ao IBAMA e disseram que pagariam para que parassem. “Pegue o dinheiro ou morra”, disse um. Nos anos seguintes, os três continuaram a receber ameaças de morte. Em várias ocasiões, pistoleiros andavam de motocicleta em torno de suas casas, às vezes enquanto a associação de mulheres estava reunida dentro. Em uma manhã de maio de 2018, os Pereiras acordaram e descobriram que alguém havia entrado em seu quintal durante a noite, empilhado dois montes de terra e erguido cruzeiros em cima, simulando sepulturas. “Senti que Daniel e eu já estávamos enterrados lá”, disse Osvailinda Pereira.⁸²

b. Alto Turiaçu, Maranhão, 2014–2018

46. Em uma noite em 2014, em uma trilha de terra aberta por madeireiros na Terra Indígena Alto Turiaçu, dez integrantes da patrulha florestal Ka'apor encontraram cinco madeireiros ilegais trabalhando, segundo **Mutuhiran Ka'apor**, guardião da floresta. Os madeireiros dispararam repetidamente contra os guardiões, disse ele, acertando três: uma bala de espingarda atingiu Ka'apor na perna direita, outra atingiu um guardião da floresta nas costas e uma bala de revólver calibre .38 atingiu de raspão a têmpora o terceiro, ferindo-o.⁸³
47. Em uma noite em abril de 2015, **Eusebio Ka'apor**, um líder Ka'apor envolvido na organização de patrulhas florestais para impedir a entrada de madeireiros no Alto Turiaçu, estava andando de motocicleta com um amigo, Kapita Ka'apor, quando um homem emergiu dos arbustos ao lado da estrada, apontou uma arma para eles e gritou para que parassem. Kapita Ka'apor, que estava dirigindo, acelerou para escapar. O atacante disparou, atingindo Eusebio Ka'apor nas costas. Kapita Ka'apor dirigiu até a aldeia mais próxima e encontrou o filho de Eusebio, que levou o pai para um hospital próximo a Zé Doca. Eusebio Ka'apor morreu no hospital. Pouco depois de sua morte, seis dos sete membros do Conselho de Governo de Ka'apor, que coordena as patrulhas, receberam ameaças de morte que acreditavam vir de pessoas envolvidas na extração ilegal de madeira com a intenção de assustá-los a ponto de cessar os esforços para proteger a floresta.⁸⁴

⁸² Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 73–76; Human Rights Watch, “Os defensores florestais brasileiros não estão sozinhos”, 23 de novembro de 2020.

⁸³ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 81–83.

⁸⁴ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 81–83.

48. Em 20 de dezembro de 2015, membros dos guardiões da floresta Ka'apor estavam combatendo incêndios quando se depararam com três madeireiros com um caminhão em uma senda que os madeireiros abriram para acessar a madeira na Terra Indígena Alto Turiaçu. Segundo **Mutuhiran Ka'apor**, integrante dessa patrulha, os guardas florestais amarraram os madeireiros, questionaram-lhes sobre a atividade madeireira ilegal em Alto Turiaçu, exigiram que deixassem o território e incendiaram o caminhão de transporte de madeira e uma motocicleta. Um dos madeireiros escapou e contactou outros na área. Cerca de uma hora depois, cerca de 20 madeireiros armados chegaram gritando xingamentos e insultos raciais, segundo Mutuhiran Ka'apor e outros. Os guardiões Ka'apor, que estavam desarmados, fugiram a pé. Os madeireiros atiraram na direção deles, ferindo um Ka'apor nas costas e um nas nádegas com balas de espingarda. Os guardiões ajudaram os feridos a cambalear pela floresta por mais de quatro horas até chegarem à aldeia Ka'apor de Turizinho. No dia seguinte, um grupo de cerca de 60 forasteiros armados chegou a Turizinho, e os Ka'apor fugiram para a floresta, contou Mutuhiran Ka'apor. Os homens armados espancaram um não-índio que permaneceu na aldeia, disseram os Ka'apor, forçando o homem a revelar os nomes dos membros dos guardiões da floresta.⁸⁵
49. Um dia em 2017, um estranho se aproximou de Iracadju Ka'apor, cacique da Terra Indígena Alto Turiaçu, em Zé Doca, cidade vizinha, e acusou indígenas de incendiar caminhões madeireiros. “Ou você para de fazer isso”, Iracadju Ka'apor lembrou o homem ameaçando, “ou você viverá apenas mais um dia”. Em agosto de 2017, Mawarisha, membro do conselho de governo de Ka'apor, recebeu uma ligação anônima. “É você que não deixa mais índios venderem madeira?”, ameaçou a pessoa ao telefone. “Nós vamos pegar você de um jeito ou de outro”. No mês seguinte, Mawarisha recebeu outra ligação anônima. “Quero fazer um acordo com você para vender madeira”, disse a pessoa ao telefone. “Se você não aceitar, você vai morrer”.⁸⁶
50. Em junho de 2018, outro estranho abordou Iracadju Ka'apor e vários outros Ka'apor em um posto de gasolina em Zé Doca. “Os índios têm que ficar em sua aldeia”, Iracadju Ka'apor lembrou o homem dizendo. “Por que você está na cidade? ... Você está bloqueando a venda de madeira. ... Se você continuar, vamos queimar todos os seus carros”.⁸⁷
51. A Terra Indígena Alto Turiaçu (Maranhão) sofreu com conflitos causados por invasões de madeireiros e traficantes. Como resultado dessa situação, **Kwaxipuhu**, um membro indígena da comunidade Ka'apor, foi espancado até a morte em 3 de julho de 2020.⁸⁸

c. Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa, Estado do Pará, 2017–2018

⁸⁵ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 81–83.

⁸⁶ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 81–83.

⁸⁷ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 81–83.

⁸⁸ All Rise Communication, parágrafo 185.

52. Em 2017, a defensora da terra e presidente da Associação dos Produtores Rurais de Nova Vitória, localizada no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa, **Maria Márcia Elpidia de Melo**, passou a relatar ao IBAMA, assim como a Procuradores da República e promotores de justiça, que uma rede de fazendeiros locais estava envolvida na extração ilegal de madeira na área, usando as estradas de terra do assentamento para transportar sua madeira extraída ilegalmente e empregando homens armados para proteger suas atividades. Depois de fazer essas denúncias, ela começou a receber ameaças de morte. Um [documento] interno do INCRA obtido pela HRW confirmou suas alegações. Inspectores do INCRA que visitaram a área em 2017 descobriram que fazendeiros estavam de fato explorando a reserva federal dentro da Terra Nossa, a qual eles ocuparam ilegalmente, e também estavam se dedicando à mineração ilegal. No entanto, as autoridades nunca realizaram uma operação para impedir essas atividades ilegais e dismantelar a rede criminosa, que emprega pistoleiros para proteção, segundo de Melo. As autoridades também não investigaram as ameaças contra a vida dela.⁸⁹ Em fevereiro de 2018, de Melo disse que um fazendeiro local envolvido na extração ilegal de madeira disse a ela que ia “colocar um cadeado na sua boca, como aquele cara que foi encontrado na estrada de Butuacã”, referindo-se a um corpo que havia sido encontrado recentemente em uma estrada próxima.⁹⁰
53. Em janeiro de 2018, um pequeno agricultor local, **Romar “Polaquinho” Roglin**, disse a de Melo que iria denunciar a extração ilegal de madeira à polícia. Vinte dias depois, Polaquinho foi morto. Seu irmão, **Ricardo Roglin**, que morava na cidade vizinha de Novo Progresso, disse aos moradores do assentamento Terra Nossa que pretendia levar os assassinos de Polaquinho à justiça. Por desconfiar da polícia local, passou a recolher pessoalmente as informações sobre o assassinato e repassar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), que as encaminhou a um Procurador da República. Em 13 de julho de 2018, **Ricardo Roglin** foi morto. Em uma carta informando a morte ao Procurador da República, o STTR escreveu que antes de sua morte, Roglin havia “receado por sua vida, e até se arrependido de ter se intrometido no caso”.⁹¹
54. Em maio de 2018, outro pequeno agricultor, **Antonio “Bigode” Rodrigues dos Santos**, disse a de Melo que um fazendeiro ocupou cerca de 800 hectares da reserva florestal dentro do assentamento Terra Nossa e estava usando seu terreno para acessar a área e extrair madeira. Bigode disse a ela que havia confrontado o fazendeiro, avisando que pretendia denunciar a extração de madeira às autoridades, e lhe mostrou o endereço e o telefone dos Procuradores da República a quem pretendia notificar. Alguns dias depois, Bigode desapareceu. Um morador

⁸⁹ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 68–73.

⁹⁰ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 68–73.

⁹¹ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 68–73.

que falou com ele no dia em que ele desapareceu disse à HRW que, em sua última conversa conhecida, Bigode havia dito a outro vizinho que alguém havia vandalizado sua casa. Mais de um ano depois, ele continua desaparecido e os moradores acreditam que madeireiros o mataram.⁹²

55. Em 28 de setembro de 2018, **Aluisio “Alenquer” Sampaio**, presidente do Sindicato dos Pequenos Agricultores Familiares (SINTRAFF) nas proximidades de *Castelo dos Sonhos*, informou a de Melo que, no início daquele dia, havia confrontado dois fazendeiros suspeitos de envolvimento em grilagem perto do terreno de Bigode acusado-os de terem matado o fazendeiro desaparecido. Ele agora temia por sua vida, lembrou de Melo, mas disse-lhe que estava determinado a levar os fazendeiros à justiça pela morte de Bigode, que era um grande amigo dele, e que havia marcado um encontro para falar com promotores na cidade de Santarém. Poucos dias antes da reunião, em 11 de outubro de 2018, Alenquer foi baleado e morto por dois homens que fugiram do local com um cúmplice em um carro. Embora de Melo acredite que madeireiros que operam na Terra Nossa mandaram matar Alenquer, um ex-advogado do SINTRAFF e um promotor de justiça do Estado do Pará especializado em conflitos rurais na região forneceram à HRW uma explicação alternativa para a morte. O advogado disse à HRW que Alenquer já havia denunciado ao INCRA e ao Ministério Público Estadual a extração ilegal de madeira por uma rede criminosa na área de sua cidade natal, *Castelo dos Sonhos*. Um mês antes de sua morte, uma das pessoas envolvidas com essa rede criminosa ameaçou matá-lo, segundo o advogado.⁹³
56. Em novembro de 2018, um funcionário do INCRA anunciou em uma reunião pública que de Melo havia acusado vários madeireiros dos assassinatos na Terra Nossa. Os madeireiros acusados estavam presentes na reunião. De acordo com de Melo, um deles mais tarde se aproximou dela e disse: “É melhor você calar a boca, senão seu barco vai afundar como o Alenquer”, referindo-se ao presidente do sindicato que havia sido morto a tiros no mês anterior. Depois daquela reunião, ela disse à HRW: “Eu sabia que havia um preço pela minha cabeça”.⁹⁴
57. Em dezembro de 2018, **Antonio Marcos Lacerda**, que trabalha de perto com de Melo como vice-presidente da associação comunitária de *Nova Vitória*, foi abordado por um conhecido da região que o avisou que havia sido contratado por três madeireiros para matá-lo e pediu-lhe para deixar a comunidade. Quando o assassino de aluguel deixou a loja, o genro de Lacerda, que presenciou a conversa, seguiu-o e o encontrou esperando em uma emboscada com uma espingarda a cerca de 50 metros da casa de Lacerda. O assassino de aluguel apontou a arma

⁹² Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 68–73.

⁹³ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 68–73.

⁹⁴ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 68–73.

para ele, mas não atirou, e o genro de Lacerda o desarmou. De acordo com moradores locais, esses assassinatos e ameaças não resolvidos – e a presença contínua de redes criminosas envolvidas no desmatamento ilegal – geraram um clima de medo intenso entre os moradores da Terra Nossa, que agora evitam atividades antes comuns, como entrar na reserva florestal dentro do assentamento para coletar alimentos.⁹⁵

58. Como resultado das denúncias de de Melo sobre abusos de direitos humanos e atividades irregulares realizadas por mineradores, madeireiros e pecuaristas, ela foi e continua sendo ameaçada por indivíduos ligados a empresas extrativistas nacionais e internacionais, grileiros, policiais e até políticos locais. Ela ainda recebe ameaças de morte diariamente. Da mesma forma, o vice-presidente de sua Associação, **Antônio Marcos Lacerda**, também denunciou ameaças de morte contra ele.⁹⁶

d. Anapú, Estado do Pará, 2018–2020

59. Anapú, no oeste do Pará, ficou conhecida internacionalmente após o brutal assassinato da missionária americana **Dorothy Mae Stang** ('Irmã Dorothy'), a mando de fazendeiros, em 2005.
60. Em 2018, três membros de uma família, **Hércules, Valdemir e Leoci Resplandes**, foram assassinados enquanto circulava livremente na cidade uma “lista da morte” daqueles marcados para morrer.⁹⁷ Em março de 2018, a polícia de Anapú prendeu o **padre Amaro Lopes**, o seguidor mais conhecido da irmã Dorothy, por acusações forjadas de extorsão e assédio sexual. A intenção deles era silenciar Lopes, um influente oponente dos planos de derrubada de florestas e destruição de pequenas fazendas. Lopes pediu às autoridades que investigassem o assassinato de **Valdemir Resplandes**, um ativista de terras que foi baleado em 10 de janeiro de 2018 após receber ameaças por uma disputa de terras com um empresário local. Lopes foi avisado de que era um alvo: “Eles estão trabalhando em um plano para se livrar de mim. Não será um tiroteio porque sou padre – e eles não querem a mesma confusão que se seguiu ao assassinato da Irmã Dorothy. Mas eles vão arranjar um acidente ou algo assim”.⁹⁸

⁹⁵ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp 68–73.

⁹⁶ All Rise Communication, parágrafo 199; ibidem, Anexo do Estado do Pará, parágrafo 82 (“**Maria Marcia Elpidia de Melo**, defensora do direito à terra de Novo Progresso, Pará, é frequentemente alvo. Ela fez uma série de denúncias de abusos dos direitos humanos e atividades irregulares realizadas pela mineração, exploração madeireira e pecuária. Como resultado, ela foi e continua sendo ameaçada por indivíduos associados a empresas extrativistas, grileiros, policiais e até políticos locais. Ela disse que tem sido constantemente ameaçada por acusações que fez contra a exploração ilegal: “Sei que vou morrer. Eu me resigno à minha morte. Só não quero que matem meu filho”. Em 2018, depois que seu filho foi espancado violentamente como uma mensagem ameaçadora para ela, ela teve que providenciar para que ele fosse embora. Ela ainda recebe ameaças de morte diárias, seus animais domésticos foram mortos para intimidá-la e ela se envolveu em um ‘acidente de carro’, quando um grande SUV bateu propositalmente em seu pequeno Fiat. Da mesma forma, o vice-presidente de sua Associação, **Antônio Marcos Lacerda**, também denunciou ameaças de morte contra ele.”)

⁹⁷ All Rise Communication, Anexo do estado do Pará, parágrafo 86.

⁹⁸ All Rise Communication, Anexo do estado do Pará, parágrafo 91.

61. Três ativistas de direitos à terra foram assassinados em Anapú em 2019. Em fevereiro de 2019, o defensor do direito à terra **Marciano dos Santos** foi executado na cidade. Ele era um importante líder no projeto do assentamento Mata Preta.⁹⁹ Em 4 de dezembro de 2019, o mototaxista **Marcio dos Reis** foi assassinado em Anapú. Ele havia trabalhado durante anos como líder de um acampamento de sem-terra. Antes do crime, ele havia denunciado fazendeiros que queimavam casas, ameaçava e expulsava famílias sem-terra de um acampamento. Seu assassino fingiu ser um cliente de seu mototáxi e o matou com um golpe de faca no pescoço. Localmente, garganta cortada indica quem “morreu por falar demais”. Dos Reis vinha sendo assediado e ameaçado desde março de 2017. Ele foi preso e maltratado pela polícia, sob falsas acusações, mais de uma vez.¹⁰⁰ Cinco dias depois, o ex-vereador **Paulo Anacleto** foi assassinado na frente do filho pequeno na praça central da cidade, baleado por dois homens em uma motocicleta. Ele alegou saber quem foi o responsável pelo assassinato de seu amigo Márcio dos Reis. Defensor dos trabalhadores rurais, ele havia organizado um protesto contra o assassinato de dos Reis dias antes de ser executado por se manifestar. As mortes estão sendo investigadas pela polícia, mas a pressão e a influência política sobre as autoridades, além do desinteresse do próprio órgão pelos casos, atrasou o processo.¹⁰¹
62. Em 4 de dezembro de 2019, **Marcio dos Reis** foi assassinado após denunciar agricultores que queimaram casas, ameaçaram e expulsaram famílias sem-terra de um acampamento em área disputada em juízo. Cinco dias depois, o ex-vereador e conselheiro tutelar **Paulo Anacleto** foi morto a tiros; ele era amigo de Marcio dos Reis e testemunha do assassinato de seu companheiro.¹⁰²
63. **Erasmu Alves Teófilo**, presidente da Cooperativa de Agricultores da Volta Grande do Xingu, sofreu três ataques diretos de pistoleiros entre dezembro de 2019 e abril de 2020.¹⁰³ **Erasmu Alves Teófilo**, presidente da Cooperativa de Agricultores da Volta Grande do Xingu, em Anapú, é frequentemente ameaçado de morte. Ele defende os direitos de cerca de 300 famílias de trabalhadores rurais e pescadores da região que sofrem invasões de grileiros, madeireiros e fazendeiros em áreas legalmente marcadas para a reforma agrária. Ele sofreu três ataques diretos de homens armados entre dezembro de 2019 e abril de 2020. Em todas as ocasiões, a polícia não estava disposta a receber uma queixa formal.¹⁰⁴

4. Usuários de Terra e Defensores individualmente visados

⁹⁹ All Rise Communication, Anexo do estado do Pará, parágrafo 87.

¹⁰⁰ All Rise Communication, Anexo do estado do Pará, parágrafo 88.

¹⁰¹ Comunicação All Rise, Anexo do estado do Pará, parágrafo 89.

¹⁰² All Rise Communication, parágrafo 194.

¹⁰³ All Rise Communication, parágrafo 194.

¹⁰⁴ All Rise Communication, Anexo do estado do Pará, parágrafo 90.

64. Em junho de 2022, o jornalista britânico **Dom Phillips** e o indigenista brasileiro **Bruno Araújo Pereira** foram assassinados durante uma viagem de barco quando entraram na Terra Indígena Vale do Javari. A polícia suspeita que os perpetradores estão ligados ao crime organizado envolvido na exploração ilegal de recursos naturais.¹⁰⁵
65. Em março de 2020, a mídia noticiou que policiais do Nono Batalhão de Polícia Militar de Uberlândia, Minas Gerais, mataram o ativista de direitos humanos e direitos à terra **Daniquele Oliveira** com um tiro na nuca. Oliveira era um líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo a polícia, Oliveira atirou nos policiais, e eles revidaram para se defender. Segundo outros ativistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Oliveira estava desarmado.¹⁰⁶
66. Em 24 de agosto de 2020, homens armados invadiram a Terra Indígena Capoto/Jarina, município de São José do Xingu, Mato Grosso. Dispararam vinte tiros como forma de intimidação e continuaram o ataque na aldeia Piarucu.¹⁰⁷
67. Três indígenas foram mortos no Estado do Maranhão em novembro e dezembro de 2020.¹⁰⁸
68. Em 2020, o líder quilombola **Antônio Correia dos Santos** foi morto com três tiros em sua casa na Bahia.¹⁰⁹
69. A Global Witness informou que 20 defensores da terra e do meio ambiente foram assassinados em 2020. Isso incluiu três *ribeirinhos* e oito indígenas. Outras vítimas foram: **Carlos Augusto Gomes** (trabalhador rural morto a tiros no Rio de Janeiro); **Claudemir Bezerra de Freitas** (assassinado em Rio Branco); **Damião Cristino de Carvalho Junior** (guarda do Parque Estadual Intervales, em São Paulo, morto em confronto entre a Polícia Ambiental e garimpeiros); **Fernando Ferreira da Rocha** (advogado assassinado no Amazonas); **Raimundo Paulino da Silva Filho** (ex-vereador que atuava como líder comunitário, assassinado no Pará); **Raimundo Nonato Batista Costa** (trabalhador rural encontrado morto no Maranhão); e **Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes** (pai e filho assassinados no Maranhão).¹¹⁰
70. Em 5 de janeiro de 2019, o pequeno agricultor **Elisha Queres de Jesus** foi morto e outras nove pessoas ficaram feridas em um ataque que teria sido realizado por seguranças em terras

¹⁰⁵ *The Guardian* 'O Desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira – Linha do Tempo', 17 de junho de 2022.

¹⁰⁶ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2020, Seção 1. Respeito pela integridade da pessoa, incluindo a liberdade de: a. Privação arbitrária da vida e outras mortes ilícitas ou politicamente motivadas.

¹⁰⁷ All Rise Communication, parágrafo 187.

¹⁰⁸ Human Rights Watch, "Um ano de políticas anti-direitos ruins no Brasil", 15 de janeiro de 2020 (publicado na Folha de São Paulo).

¹⁰⁹ All Rise Communication, parágrafo 190.

¹¹⁰ "Última Linha de Defesa: As indústrias causadoras da crise climática e os ataques contra os defensores da terra e do meio-ambiente", Global Witness, setembro de 2021.

disputadas compradas com dinheiro de propina pelo ex-governador Silval Barbosa e o ex-deputado José Riva, em Colniza, Estado de Mato Grosso.¹¹¹

71. Em 11 de janeiro de 2019, **Gustova Joa Simoura** foi morto nas proximidades de um latifúndio improdutivo em Corumbiara, Estado de Rondônia, que havia sido palco de um massacre de trabalhadores rurais em 1995, quando 12 pessoas foram encontradas mortas. A vítima fazia parte da Liga dos Camponeses Pobres, organização camponesa que surgiu na década de 1990 e luta pela reforma agrária e pelo direito à terra. Acredita-se que ele tenha sido assassinado por pistoleiros a mando de proprietários de terras da região.¹¹²
72. Em 31 de março de 2019, acredita-se que quatro pessoas tenham sido mortas no Seringal São Domingos, Ponta do Abunã, Lábrea em relação à reintegração de posse de terras apropriadas na vizinha Terra Indígena Ituna/Itatá.¹¹³
73. Em março/abril de 2019, uma onda de violência no Pará causou, em 12 dias, o assassinato de pelo menos sete pessoas, incluindo um líder camponês do movimento sem-terra e um importante ativista de barragens. Os ataques se concentraram em áreas próximas da megabarragem de Belo Monte; na bacia do Madeira próxima à barragem de Jirau; e próximas à barragem de Tucuruí no rio Tocantins.¹¹⁴
74. Em abril de 2019, líderes Karipuna no Estado de Rondônia afirmaram que a presença de invasores armados, aliada a ameaças de morte que receberam há alguns meses, limitam suas atividades, como caça e coleta de castanhas.¹¹⁵
75. Em junho de 2019, as comunidades Guajajara e Awá, na Terra Indígena Araribóia, no Estado do Maranhão, pediram ajuda após a invasão ilegal de seu território, relatando que “pistoleiros estavam sendo pagos para matá-los e casas de indígenas haviam sido alvejadas”. Eles alertaram as autoridades brasileiras sobre serem alvo de ameaças de morte em várias ocasiões nos meses seguintes, mas não receberam qualquer ajuda.¹¹⁶
76. Em 23 de julho de 2019, **Emyra Wajãpi**, líder indígena da comunidade Wajãpi no Estado do Amapá foi esfaqueada, inclusive em suas genitais, e assassinada por um grupo de 10 a 15 garimpeiros fortemente armados que entraram em sua aldeia.¹¹⁷

¹¹¹ All Rise Communication, parágrafo 195.

¹¹² All Rise Communication, parágrafo 196.

¹¹³ All Rise Communication, parágrafo 198.

¹¹⁴ All Rise Communication, Anexo do Estado do Pará, parágrafo 78.

¹¹⁵ “Cercar e trazer gado: criação ilegal de gado na Amazônia brasileira”, Anistia Internacional, 2019.

¹¹⁶ All Rise Communication, parágrafo 180.

¹¹⁷ All Rise Communication, parágrafo 181.

77. Em abril de 2018, o líder quilombola **Nazildo dos Santos Brito** foi morto no Estado do Pará após ameaças à sua segurança física por protestar contra supostas práticas ilegais de desmatamento e poluição de uma plantação de óleo de palma.¹¹⁸
78. Em 11 de agosto de 2018, o líder indígena **Jorge Guajajara** foi morto no Maranhão.¹¹⁹
79. Uma **delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos** que se reunia com líderes indígenas no estado do Pará em novembro de 2018 teria sido intimidada e ameaçada por representantes da indústria da soja.¹²⁰
80. Em novembro de 2018, a **ONG Saúde e Alegria**, do Pará, premiada organização brasileira, foi invadida pela polícia e teve computadores e documentos apreendidos.¹²¹
81. Em dezembro de 2018, **Gilson Temponi**, presidente de uma associação de agricultores em três assentamentos do INCRA em Placas, no Estado do Pará, denunciou às autoridades que fazendeiros locais haviam assumido o controle de terras nos assentamentos e estavam extraindo madeira ilegalmente. Ele também relatou ter recebido ameaças de morte desses fazendeiros. A Polícia Federal abriu inquérito sobre os supostos crimes ambientais e Temponi prestou depoimento. Os procuradores da república enviaram a denúncia de ameaças de Temponi à polícia civil para investigação e alertaram a polícia militar, responsável por patrulhar áreas urbanas e rurais no Brasil. Em 12 de dezembro de 2018, dois homens bateram na porta da casa de Temponi na cidade de Rurópolis. Quando ele abriu, atiraram nele e o mataram, depois fugiram em uma motocicleta, segundo sua esposa, que estava presente.¹²²
82. Em 9 de agosto de 2017, **quatro membros da CPT** estavam dirigindo para uma reunião com uma comunidade em Formosa da Serra Negra, no Estado do Maranhão, quando foram emboscados por um assassino. Mais tarde souberam que ele havia sido contratado por um pecuarista que queria expulsar membros da comunidade de suas terras. Isso deixou a integrante do CPT **Márcia Palhano** abalada.¹²³
83. Em novembro de 2017, **Naraymi Suruí** e um grupo de mais de 20 outros indígenas Suruí Paiter da Terra Indígena Sete de Setembro, no Estado de Rondônia, viajaram para uma área de suas

¹¹⁸ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2018, Seção 6. 'Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas'; Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2019, Seção 6. 'Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas'.

¹¹⁹ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2018, Section 6. Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

¹²⁰ "Inimigos do Estado? Como os governos e as empresas silenciam os defensores da terra e do ambiente", Global Witness, julho de 2019.

¹²¹ All Rise Communication, Anexo do Estado do Pará, parágrafo 84.

¹²² Human Rights Watch, "Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira", 17 de setembro de 2019, pp. 67–68;

¹²³ "A que custo?: Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do ambiente em 2017", Global Witness, 2018.

terras para coletar castanha do Pará, mas encontraram madeireiros. Os madeireiros haviam carregado quatro caminhões com enormes troncos de castanheiras, espécie que pode atingir 60 metros de altura e que o Ministério do Meio Ambiente considera ameaçada de extinção. Os indígenas pediram que os homens saíssem. Suruí, que é filho do cacique local, havia enfrentado pacificamente madeireiros no passado. Desta vez, porém, os madeireiros o acusaram de mobilizar os indígenas contra eles e o ameaçaram. “Isso não vai ficar assim”, disse um. Cerca de uma semana depois, em 29 de novembro de 2017, Naraymi Suruí e sua esposa, **Elizângela Dell-Armelina Suruí**, retornavam de motocicleta da cidade de Cacoal para a Terra Indígena. Dell-Armelina Suruí viu duas pessoas em outra motocicleta esperando em uma curva da estrada. A motocicleta ficou atrás deles e acelerou para se aproximar. O passageiro sacou uma arma, disse ela, e atirou na cabeça do marido. Ele errou, mas o casal caiu. A motocicleta do atirador passou por eles e parou. O atirador desceu e voltou atirando neles três vezes. Dell-Armelina Suruí agachou-se atrás da motocicleta caída, o marido imóvel ao lado dela. O irmão de Naraymi Suruí chegou subitamente de motocicleta, e o agressor atirou mais uma vez enquanto ele e seu companheiro fugiam. Naraymi Suruí e Elizângela Dell-Armelina Suruí escaparam ilesos. Naraymi Suruí identificou os dois agressores como madeireiros locais.¹²⁴

84. A defensora de terras **Maria do Socorro Costa da Silva** foi alvo de ameaças de morte, invasões à sua casa e sentiu o cano de uma pistola contra seu rosto.¹²⁵
85. O corpo de **Nilce de Souza Magalhães** foi encontrado amarrado a uma rocha à beira do rio Madeira, no Estado de Rondônia, em julho de 2016. Ela estava desaparecida há seis meses e seu corpo estava submerso nas profundezas criadas pela barragem de Jirau, em Porto Velho – projeto ao qual passou os últimos anos de sua vida se opondo. A última vez em que ela foi vista com vida foi algumas semanas depois de falar em nome das comunidades pesqueiras desenraizadas em uma audiência nacional na capital Brasília. Duas colegas de Nilce, **Lurdilane Gomes da Silva e Iza Cristina Bello**, receberam ameaças de morte.¹²⁶
86. **Raimundo Santos**, Líder da aldeia Rio das Onças, no Estado do Maranhão, cooperou estreitamente com servidores do ICMBio, fornecendo informações para apoiar os esforços da agência federal no combate à extração ilegal de madeira na Reserva Biológica de Gurupi, disse Evane Lisboa, chefe da reserva. Em agosto de 2015, Santos e sua esposa, **Maria da Conceição Chaves**, dirigiam sua moto para casa na vila de Rio das Onças quando três homens saíram da beira da estrada e atiraram contra eles. Sete balas atingiram Santos; os agressores também o esfaquearam. Ele morreu no local. Chaves, gravemente ferida por tiros, sobreviveu ao ataque. José Escórcio, um fazendeiro que Lisboa acredita estar envolvido na extração ilegal de madeira,

¹²⁴ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp. 77–79.

¹²⁵ “A que custo?: Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do ambiente em 2017”, Global Witness, 2018.

¹²⁶ “Defensores da Terra: Assassinatos Globais de Defensores da Terra e do Meio-Ambiente em 2016”, Global Witness, 2017.

confessou à polícia que queria matar Santos por causa de seu trabalho de defesa ambiental. Escórcio descreveu como contratou um policial militar aposentado, que por sua vez contratou dois policiais militares da ativa para ajudá-lo a matar Santos. O policial militar aposentado também controlava terras na área, estava envolvido em extração ilegal de madeira e tinha interesse em matar Santos para ter acesso à madeira, disse o advogado que representa Maria da Conceição Chaves.¹²⁷

87. **Maria das Dores dos Santos Salvador**, uma líder comunitária rural no Amazonas, foi sequestrada e brutalmente assassinada em 12 de agosto de 2015. Ela denunciou fortemente a venda ilegal de terras comunitárias e enfrentou ameaças por vários anos sem receber a proteção necessária do Estado.¹²⁸
88. Em 21 de fevereiro de 2014, o líder comunitário **Raimundo Rodrigues da Silva** foi baleado no Estado do Maranhão. Enquanto estava no hospital morrendo dos ferimentos de bala, dois homens tentaram sem sucesso entrar em sua enfermaria para matá-lo, antes que ele finalmente sucumbisse aos ferimentos. A campanha de da Silva era tentar garantir o título de terra para sua comunidade local de Campestre. Ele recebeu inúmeras ameaças de morte ao longo dos anos e sobreviveu a uma tentativa de assassinato em 2013.¹²⁹
89. **José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo** foram mortos após informar às autoridades que um fazendeiro estava tentando tomar parte das terras do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Pranhiera, no Estado do Pará, possivelmente para derrubar as árvores e pastar o gado no local. O INCRA, a agência federal de reforma agrária, havia assentado famílias pobres na floresta para usá-la de forma sustentável. “Zé Cláudio”, como da Silva era conhecido, e Espírito Santo eram defensores da floresta e críticos da extração ilegal de madeira. “Enquanto eu tiver forças para continuar, vou denunciar todos aqueles que prejudicarem a floresta”, prometeu. O casal foi assassinado por dois homens, por ordem de um fazendeiro local, enquanto viajavam de motocicleta em uma área rural da cidade de Nova Ipixuna em 24 de maio de 2011. Zé Cláudio e Maria contaram ao INCRA que ele estava tentando expulsar três assentados de seus lotes para tomar a terra, derrubar a floresta, vender a madeira e plantar capim para o gado.¹³⁰ Zé Cláudio teve uma das orelhas arrancada pelos assassinos

¹²⁷ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp. 83–84; “Em terreno perigoso: O Ambiente Mortal de 2015: A Matança e Criminalização dos Defensores da Terra e do Meio-Ambiente em todo o Mundo”, Global Witness, junho de 2016 (“Em 25 de agosto de 2015, ao retornarem para casa por uma estrada tranquila, **Raimundo dos Santos Rodrigues e sua esposa Maria** foram emboscados e brutalmente atacados por dois homens não identificados. Maria sobreviveu, mas seu marido morreu como resultado dos ferimentos. Raimundo, cujo nome consta em uma lista de ativistas ambientalistas, tornou-se a mais recente vítima na luta para proteger os direitos das comunidades na Amazônia brasileira. Os madeireiros continuam a ameaçar os colegas de Raimundo na Reserva do Gurupi”).

¹²⁸ “Em terreno perigoso: O Ambiente Mortal de 2015: A Matança e Criminalização dos Defensores da Terra e do Meio-Ambiente em todo o Mundo”, Global Witness, junho de 2016.

¹²⁹ “Quanto mais?: o ambiente mortal de 2014: a matança e intimidação de ativistas ambientais e terrestres, com destaque para as Honduras”, Global Witness, abril de 2015.

¹³⁰ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp. 86–87; ver também “Ambiente mortal: A Ascensão da Matança dos Defensores do Meio-Ambiente e da Terra: 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2013”, Global Witness, 2014 (“Líderes

como prova de execução.¹³¹ Sua irmã, **Claudélise dos Santos**, recebeu múltiplas ameaças de morte desde o assassinato de Zé Cláudio e Maria.¹³²

5. Violência e Intimidação Contra Servidores Públicos

90. Na última década, as autoridades registraram vários casos de madeireiros respondendo com violência contra os esforços de fiscalização de agências governamentais em cinco estados da Amazônia, incluindo os seguintes casos:
- a. Em julho de 2019, incendiários desconhecidos queimaram duas pontes em uma das principais estradas do município de Placas, no Estado do Pará, em aparente retaliação a uma operação antimadeireira do IBAMA.
 - b. Em julho de 2019, homens queimaram um caminhão de combustível que entregava gasolina para helicópteros do IBAMA que realizavam operações antimadeireiras em Espigão do Oeste, Estado de Rondônia. Os madeireiros também derrubaram árvores em estradas de terra e desmontaram uma ponte para bloquear os veículos dos agentes. O IBAMA teve que cancelar a operação.
 - c. Em outubro de 2018, um homem incendiou três veículos do IBAMA em Burutis, Estado de Rondônia, e a polícia impediu um segundo ataque de outro homem.
 - d. Em fevereiro de 2018, homens incendiaram uma base da FUNAI na Terra Indígena Karipuna, Rondônia, que as agências de fiscalização ambiental também usavam para realizar operações antimadeireiras na área.
 - e. Em janeiro de 2018, incendiários que as autoridades suspeitam serem madeireiros incendiaram uma base de operações da FUNAI dentro da Terra Indígena Awá, Estado do Maranhão.

extrativistas sociais do [estado do] Pará, José Claudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo da Silva, foram assassinados na madrugada de 24 de maio de 2011. O crime ocorreu em uma estrada no município de Nova Ipixuna-PA. Maria e Zé Claudio expuseram várias vezes as atividades ilegais dos madeireiros na região. O casal vinha recebendo ameaças desde 2008. Zé Claudio e Maria eram membros do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), uma ONG fundada por Chico Mendes, o ambientalista brasileiro internacionalmente aclamado. [...] Zé Claudio e Maria, como ficaram conhecidos internacionalmente, eram castanheiros reconhecidos como líderes sociais no Projeto Agroextrativista Praia Alta-Piranheira. Eles denunciavam invasões e extração ilegal de madeira na região e foram mortos quando se voltaram contra os interesses de grileiros e madeireiros. [...] O casal havia denunciado a invasão de madeireiros ilegais na reserva e já havia recebido ameaças contra suas vidas. Em novembro de 2010, durante discurso em evento internacional em Manaus, José Cláudio acalmou a preocupação de que corresse o risco de ser morto por sua postura contra madeireiros que exploravam ilegalmente a floresta tropical. Pouco antes de sua morte, José Cláudio havia se ferido por disparos contra seu quintal. Tanto ele quanto sua esposa eram membros do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, uma ONG fundada por Chico Mendes para a preservação das florestas na Amazônia.”)

¹³¹ “Ambiente mortal: A Ascensão da Matança dos Defensores do Meio-Ambiente e da Terra: 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2013”, Global Witness, 2014.

¹³² “Ambiente mortal: A Ascensão da Matança dos Defensores do Meio-Ambiente e da Terra: 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2013”, Global Witness, 2014 (“Determinada a manter o legado de seu irmão e cunhada assassinados, Claudélise dos Santos assumiu suas lutas para manter vivo o sonho de exploração florestal sustentável, mobilização popular e educação ecológica e inclusiva. [...] Uma das ameaças mais sérias e recentes que sua família sofreu ocorreu no final de 2019, quando uma nota manuscrita ‘vamos matar o resto’ foi postada na caixa de correio de sua mãe. No ano passado, seu carro foi perseguido e quase capotou [por conta de] uma caminhonete suspeita.”).

- f. Em novembro de 2017, homens queimaram um carro do IBAMA em Colniza, Mato Grosso, durante operações de fiscalização do IBAMA em reservas de conservação e territórios indígenas.
 - g. Em julho de 2017, homens queimaram oito veículos do IBAMA após a agência realizar operações contra a extração ilegal de madeira em Altamira, no Pará.¹³³
91. Os madeireiros às vezes matam ou tentam matar agentes do Estado que tentam proteger a floresta. Por exemplo:
- a. Em 16 de julho de 2016, agentes do Ibama, com apoio de policiais militares liderados pelo sargento **João Luiz de Maria Pereira**, confiscaram um trator, um caminhão e motosserras de madeireiros na Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará. No dia seguinte, os agentes queimaram um acampamento usado por madeireiros. Pereira perseguiu um dos supostos madeireiros, que o conduziu pela floresta até o filho do madeireiro, escondido no alto de um morro. O filho, Lucas Oliveira Santos, atirou no pescoço e no ombro de Pereira, informou a polícia. Pereira morreu 40 minutos depois a caminho do hospital.
 - b. Em outubro de 2015, bombeiros indígenas empregados pelo IBAMA na Terra Indígena Araibóia, no Maranhão, relataram que madeireiros os haviam ameaçado. **Roberto Cabral**, então chefe de operações de fiscalização do IBAMA em todo o país, disse que ele, outro agente do IBAMA, um representante da FUNAI e um piloto voaram de helicóptero para encontrar os madeireiros. Eles aterrissaram a cerca de um quilômetro de onde avistaram três caminhões de transporte de madeira e um trator e partiram em direção a eles a pé. Sete madeireiros atacaram os funcionários quando eles se aproximavam do local, disse Cabral, e tiros o atingiram no braço e no ombro. Cabral foi evacuado para um hospital, onde se recuperou.
 - c. Em 13 de novembro de 2013, agentes do ICMBio e do IBAMA, além da polícia, tentaram retirar pessoas que ocupavam ilegalmente áreas da Floresta Nacional Bom Futuro, em Rondônia. As pessoas estavam derrubando a floresta e explorando a madeira para criação gado. Integrantes da Força Nacional – composta por policiais de vários estados – caíram com o carro de uma pequena ponte que havia sido sabotada, disse o ICMBio. Os policiais tiveram que pernoitar no local, e os ocupantes ilegais da floresta os cercaram. Na manhã seguinte, os ocupantes atacaram os policiais com coquetéis Molotov. No tiroteio que se seguiu, o policial **Luiz Pedro da Silva Gomes** morreu e outro policial ficou ferido.
 - d. Em 2009, **Roberto Cabral** e outros agentes do IBAMA encontraram pessoas explorando ilegalmente madeira dentro da Reserva Biológica de Gurupi, no Maranhão. Eles confiscaram

¹³³ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp. 60–61.

um caminhão de transporte de madeira e detiveram o motorista. Cabral e um policial da Polícia Rodoviária Federal dirigiam o caminhão confiscado pelas estradas de terra que saíam da reserva quando uma caminhonete com cinco ou seis homens se aproximou. Os homens abriram fogo. Cabral e o agente rodoviário revidaram. Ninguém ficou ferido, até onde Cabral sabe. A polícia nunca identificou os agressores.¹³⁴

92. As pessoas envolvidas na extração ilegal de madeira também ameaçam e procuram intimidar os servidores. Por exemplo:

- a. Em outubro de 2018, uma multidão incendiou uma ponte e bloqueou outra, além de uma estrada de terra que uma equipe do ICMBio teria que percorrer ao retornar de uma operação de fiscalização contra a extração ilegal de madeira na Floresta Nacional de Itaituba II, no Pará. Membros da multidão atiraram para o ar para intimidar os agentes.
- b. Em outubro de 2014, 14 agentes do ICMBio e da Polícia Militar encontraram três caminhões de madeireiros dentro da Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão. O proprietário tentou subornar os agentes para liberar os caminhões. A Polícia Militar o prendeu. Pouco depois, várias centenas de homens armados com revólveres, facões e pedras cercaram os agentes, que devolveram os caminhões e libertaram o proprietário.
- c. Em 11 de agosto de 2012, policiais federais e agentes do IBAMA e FUNAI apreenderam 16 caminhões de transporte de madeira de madeireiras na Terra Indígena Caru, no Maranhão. Para sair do território, os agentes que conduziam os caminhões confiscados tinham que atravessar uma ponte. Ao se aproximarem, viram que a ponte estava envolta em chamas. Uma multidão se aglomerava do outro lado, e os agentes viram que algumas pessoas da multidão estavam armadas. Em menor número e impossibilitados de atravessar, os agentes devolveram os veículos aos madeireiros.
- d. Pessoas envolvidas com extração ilegal de madeira e proprietários de serrarias ameaçaram **Evane Alves Lisboa**, chefe da Reserva Biológica de Gurupi do ICMBio, no Maranhão, pelo menos dez vezes na última década, por telefone e pessoalmente. Ele vive com medo. “Eu não ando em espaços públicos”, ele disse, “eu sou sempre cuidadoso”.¹³⁵

93. Notadamente, em 6 de setembro de 2019, **Maxciel Pereira dos Santos**, um veterano defensor dos povos indígenas, teria sido baleado e morto na remota cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas, enquanto andava de motocicleta. Dos Santos trabalhou na FUNAI e defendeu tribos indígenas de garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e outros que buscavam a apropriação ilegal de terras. A imprensa especulava que o assassinato de dos Santos estava relacionado ao seu

¹³⁴ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, pp. 63–64.

¹³⁵ Human Rights Watch, “Mafias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019, p. 65.

trabalho. Em 21 de setembro de 2019, invasores armados atiraram na base da FUNAI onde dos Santos trabalhava; ninguém ficou ferido.¹³⁶

94. A All Rise Communication identificou vários casos entre 2018 e 2020 nos quais agentes federais que trabalham para instituições brasileiras como IBAMA, ICMBio e FUNAI foram visados,¹³⁷ principalmente nos Estados do Amazonas,¹³⁸ Pará,¹³⁹ Rondônia¹⁴⁰ e Roraima.¹⁴¹ (Alguns deles são mencionados acima.)

¹³⁶ Departamento de Estado dos EUA, Human Rights Report, Brazil 2019, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas.

¹³⁷ All Rise Communication, parágrafo 201.

¹³⁸ All Rise Communication, parágrafo 207.

¹³⁹ All Rise Communication, parágrafo 204 (“No estado do Pará, vários ataques foram relatados contra agentes do IBAMA. Em 1º de julho de 2019, agentes do Ibama que trabalhavam em Placa foram ameaçados por um grupo armado e obrigados a se abrigar em uma delegacia; uma ponte foi incendiada para impedir sua saída. Poucas semanas depois, em 31 de agosto de 2019, uma equipe de fiscalização do IBAMA foi alvo de disparos de garimpeiro durante uma operação em Altamira, Terra Indígena Ituna/Itatá. Um fiscal do Ibama também foi agredido por madeireiros em maio de 2020 após liderar uma operação contra madeireiros ilegais que trabalhavam na Terra Indígena Cachoeira Seca do povo Arara. Fatos semelhantes foram relatados em novembro de 2020, quando invasores da Terra Indígena Apyterewa cercaram uma equipe de fiscalização composta por integrantes do IBAMA e Força Nacional, incendiando uma ponte de madeira que dá acesso à Terra Indígena Apyterewa. Os invasores ilegais de terras fizeram uma barricada com pneus e madeira na frente de sua base e ameaçaram iniciar um incêndio para impedir que os fiscais continuassem seu trabalho. Na vizinha Terra Indígena Trincheira-Bacajá, os fiscais conseguiram conter os focos de desmatamento, mas a equipe logo começou a receber ameaças de que a base seria invadida e os carros de fiscalização seriam queimados. Ao tentar atravessar uma ponte, os fiscais foram ‘emboscados’ com tiros para o ar, e os invasores incendiaram a ponte e cortaram um dos pilares. A equipe teve que retornar à sua base.”); ver também All Rise Communication, Anexo do estado do Pará, parágrafo 93 (“Por exemplo, em agosto de 2019, garimpeiros ilegais atiraram em uma equipe do IBAMA durante uma operação em uma área indígena na Terra Indígena Ituna/Itatá, em Altamira, Pará. Houve um novo ataque a agentes do IBAMA em maio de 2020, quando um fiscal do IBAMA foi agredido por um madeireiro no Pará. Em novembro de 2018, representantes da CIDH reunidos com representantes indígenas no Pará foram ameaçados e intimidados por produtores de soja. Até políticos locais promovem violência contra agentes federais: em junho de 2019, o prefeito de Itaituba, Valmir Clímaco, disse que receberia “à bala” funcionários da FUNAI designados para fiscalizar sua fazenda.”); parágrafo 94 (“Em novembro de 2020, um grupo de invasores do Território Apyterewa cercou uma base de fiscalização utilizada por equipes do IBAMA, FUNAI e Força Nacional, assediou e ameaçou os agentes públicos e incendiou uma ponte de madeira que dá acesso ao Território. A equipe de fiscalização esteve na região para reprimir o desmatamento em Terras Indígenas. Os invasores ilegais de terras fizeram uma barricada com pneus e madeira na frente de sua base e ameaçaram iniciar um incêndio para impedir que os fiscais continuassem seu trabalho. Os funcionários foram impedidos de entrar e sair da base ou de receber mantimentos ou combustível. Um dos invasores foi pego com uma bomba caseira.”); parágrafo 95 (“Na vizinha Terra Indígena Trincheira-Bacajá, os fiscais conseguiram conter os focos de desmatamento, mas a equipe logo começou a receber ameaças de que a base seria invadida e os carros de fiscalização seriam queimados. Ao tentar atravessar uma ponte, os fiscais foram ‘emboscados’ com tiros para o ar, e os invasores incendiaram a ponte e cortaram um dos pilares. A equipe teve que voltar para a base. Em junho de 2021, cinco líderes dessas atividades foram denunciados pelo Ministério Público Federal.”)

¹⁴⁰ All Rise Communication, parágrafo 206 (“Agentes do IBAMA também foram alvos de garimpeiros ilegais em Rondônia. Na primeira semana de julho de 2019, uma fiscalização do IBAMA sobre extração ilegal de madeira em mais de 70 empresas madeireiras em Espigão do Oeste, no entorno da Terra Indígena Zoré e Roosevelt, teve que ser suspensa por ter sido recebida com uma erupção de violência: os madeireiros queimaram um caminhão do IBAMA.”)

¹⁴¹ All Rise Communication, parágrafo 208 (“Também foram relatados ataques em Roraima contra militares, bem como contra agentes do IBAMA e ICMBio. Em janeiro de 2020, dois militares ficaram gravemente feridos durante uma perseguição de garimpeiros nas Terras Yanomami depois que garimpeiros em três barcos colidiram intencionalmente com embarcações de inspeção. Na semana seguinte, o exército informou que uma troca de tiros ocorreu quando garimpeiros em dois barcos não pararam em um posto de controle e dispararam contra as tropas. Um garimpeiro foi preso e outro ficou ferido após troca de tiros com soldados do Exército. Então, em fevereiro de 2020, agentes do IBAMA e da Polícia Militar encontraram extração ilegal de madeira em uma área florestal próxima à cidade de Rorainópolis e foram baleados por dois homens envolvidos na extração ilegal de madeira. Mais de um ano depois, em 30 de maio de 2021, mineradores lançaram um ataque armado ao ICMBio na Estação Ecológica de Maracá, em Roraima. Um dia antes, homens armados haviam tomado um barco que havia sido apreendido de garimpeiros por fiscais do ICMBio e policiais durante a Operação Maracá.”); All Rise Communication, Anexo estadual de Roraima, parágrafo 82 (“Também houve incidentes de violência entre madeireiros ilegais e agentes ambientais em Roraima. Em janeiro de 2020, dois militares ficaram gravemente feridos durante uma perseguição de garimpeiros nas Terras Yanomami depois que garimpeiros em três barcos colidiram intencionalmente com embarcações de inspeção. Na semana seguinte, o exército informou que uma troca de tiros ocorreu quando garimpeiros em dois barcos não pararam em um posto de controle e dispararam contra as tropas. Em fevereiro de 2020, um homem foi morto durante uma operação de combate ao desmatamento ilegal depois que agentes do IBAMA e da Polícia Militar encontraram extração ilegal de madeira em uma área florestal próxima à cidade de Rorainópolis. Dois homens envolvidos na extração ilegal de madeira se esconderam na mata e começaram a atirar nos policiais. Um dos madeireiros ilegais foi morto na troca de tiros que se seguiu.”); *ibid.*, parágrafo 83 (“Em 30 de maio de 2021, garimpeiros realizaram um ataque armado ao ICMBio na Estação Ecológica de Maracá, Roraima. Os invasores usavam o trecho do rio que corta a Unidade de Conservação como rota de abastecimento para áreas de garimpo ilegal de ouro. Um dia antes, pistoleiros haviam tomado um barco que havia sido apreendido de garimpeiros por fiscais do ICMBio e policiais durante a Operação Maracá”).

D. A Questão da Impunidade no Sistema de Justiça Criminal do Brasil

1. Introdução

94. Os crimes violentos contra os usuários e defensores rurais no Brasil durante a última década (e mais além) têm sido bem documentados¹⁴². Embora a agenda anti-rural no Brasil continue a ser um trabalho em curso, um ambiente alargado de impunidade tem encorajado a continuidade da violência generalizada e sistemática – e dos crimes ambientais e da destruição que lhes estão associados. Assassinatos, ameaças e ataques contra usuários da terra rural e seus defensores raramente são investigados e os perpetradores permanecem em grande parte impunes¹⁴³. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), menos de 10% dos casos foram julgados e um pouco mais de 1% terminou em condenações¹⁴⁴. Em qualquer caso, um clima de impunidade parece ser a norma¹⁴⁵. Muitos críticos afirmam que o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, é parcialmente culpado¹⁴⁶.

2. A Mecânica da Impunidade

95. De acordo com um relatório de 2019 da Human Rights Watch (HRW), o fracasso da polícia em investigar e julgar adequadamente/competentemente crimes contra defensores da terra no Brasil significa que os responsáveis pela violência raramente são levados à justiça¹⁴⁷. Dos mais de 300

¹⁴² Ver Comunicação, Anexo F ("Padrões de Violência Contra Usuários de Terras Rurais e seus Defensores").

¹⁴³ Conselho de Direitos Humanos da ONU, "Relatório do Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas na sua missão ao Brasil", Documento n.º A/HRC/33/42/Add.1, 8 de Agosto de 2016, parágrafo 20 ("Na maioria dos casos, a impunidade permite que as práticas violentas das forças de segurança privadas, mercenários armados e forças do Estado continuem ininterruptamente"); ibidem, parágrafo 31 ("Informações recebidas pela Relatora Especial indicam que a impunidade é generalizada em relação a violações graves dos direitos dos povos indígenas, incluindo assassinatos dos seus povos indígenas que tentam fazer valer os seus direitos sobre as suas terras e que vão de mãos dadas com a criminalização dos líderes indígenas").

¹⁴⁴ "Uma Crise Escondida: Aumento das mortes à medida que as tensões aumentam sobre a terra e as florestas", Global Witness, 19 de Junho de 2012 (FN41: Conflitos no Campo Brasil 2011, Comissão Pastoral da Terra, p.15, disponível em www.cptnacional.org.br).

¹⁴⁵ Human Rights Watch, "Mafias da floresta tropical: Como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira", 17 de Setembro de 2019 ("Atos de violência e intimidação por redes criminosas envolvidas no desmatamento ilegal na Amazônia brasileira raramente são processados. De fato, a impunidade para todos os crimes relacionados com o abate ilegal de árvores é a norma, de acordo com funcionários da justiça estadual e federal que trabalham na região. Um procurador federal no Pará disse à HRW que a impunidade por assassinatos de madeireiros é um problema 'generalizado' nesse estado. Outro no Estado do Amazonas disse que a impunidade é 'generalizada' em casos que envolvem conflitos sobre recursos e terras. A análise da HRW da documentação disponível, entrevistas com funcionários da justiça e comunidades afetadas, e o exame atento do tratamento de casos específicos por parte das autoridades apoiam a conclusão de que o Brasil está sistematicamente falhando em investigar e processar atos de violência perpetrados por madeireiros e assaltantes de terras na região amazônica. Ao não levar os perpetradores à justiça, o Brasil está a permitir que os assassinatos de pessoas envolvidas em desmatamento ilegal continuem praticamente sem controle"); Departamento de Estado dos EUA, Relatório dos Direitos Humanos, Brasil 2020, Seção 6. Discriminação, Abusos da Sociedade e Tráfico de Pessoas: Povos Indígenas ("Em Maio, o governo lançou a segunda fase da Operação Brasil Verde para erradicar os incêndios florestais e dissuadir a atividade criminosa através de detenções, emissão de multas, e confiscação de madeira extraída ilegalmente. No entanto, as ONG's alegaram a falta de regulamentação, juntamente com a impunidade em casos de invasões ilegais de terras, resultando na exploração ilegal dos recursos naturais").

¹⁴⁶ Human Rights Watch, 'Declaração da Human Rights Watch sobre ataques contra líderes indígenas Munduruku', 26 de Maio de 2021 ('Desde que tomou posse em Janeiro de 2019, o governo do Presidente Jair Bolsonaro tem sabotado a aplicação da lei ambiental, permitindo uma impunidade generalizada para as infrações ambientais. As suas ações e palavras deram efetivamente luz verde a grupos criminosos que conduzem à derrubada ilegal de árvores e ao desmatamento na Amazônia').

¹⁴⁷ Human Rights Watch, Comunicado de Imprensa, "Brasil: Redes Criminosas Visam Defensores da Floresta Tropical", 17 de Setembro de 2019 ("HRW entrevistou mais de 170 pessoas, incluindo 60 membros de comunidades indígenas, e outros residentes locais nos estados do Maranhão, Pará, e Rondônia. Os investigadores também entrevistaram dezenas de

assassinatos que a CPT registrou entre 2009 e 2019, apenas 14 acabaram indo a julgamento; dos 28 assassinatos documentados no relatório da HRW, apenas dois foram a julgamento. E dos mais de 40 casos de ataques ou ameaças, nenhum foi a julgamento – e acusações criminais foram, até o momento, apresentadas em apenas um caso. (Estes números são certamente mais elevados hoje). Esta falta de responsabilização deve-se em grande parte à incapacidade da polícia em conduzir investigações adequadas¹⁴⁸.

96. Mais especificamente, sobre o que a HRW chama “Falha do Estado em Investigar Violência e Intimidação”¹⁴⁹, os principais aspectos são:

- a. *Falha na Investigação de Assassinatos*: A principal razão pela qual os autores destes crimes não são levados à justiça, de acordo com as autoridades estaduais e federais que falaram com a HRW, é que a polícia não conduz investigações adequadas.
- b. *Falha na Investigação de Ameaças*: As autoridades falham rotineiramente na investigação de ameaças e outros atos de intimidação contra pessoas que tentam pôr fim à extração ilegal de madeira. A polícia não investiga apenas as ameaças dos madeireiros, mas também as autoridades e as vítimas descrevem casos em que a polícia se recusa a registrá-los.
- c. *Indiferença Oficial e/ou Conluio*: HRW não foi capaz de determinar o que motivou a polícia e outros funcionários na região a recusarem-se a registrar ameaças ou a tomar medidas básicas para investigar homicídios que pareciam estar relacionados com a extração ilegal de madeira. Uma explicação, oferecida por um procurador no Estado do Pará, foi que a polícia está sobrecarregada de trabalho e considera as ameaças sem importância. Outras explicações incluem a discriminação contra as vítimas indígenas e tradicionais e o envolvimento da polícia local nas atividades ilegais dos madeireiros responsáveis pela violência e ameaças. Relativamente a esta última, o secretário dos direitos humanos do governo do Estado do Maranhão disse que os membros da força policial nesse Estado têm “relações de longa data” com grupos

funcionários governamentais em Brasília e em toda a região amazônica, incluindo muitos que forneceram relatos internos de como as políticas do Presidente Jair Bolsonaro estão minando os esforços de execução”).

¹⁴⁸ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de setembro de 2019.

¹⁴⁹ Human Rights Watch, “Máfias da floresta tropical: Como a violência e a impunidade alimentam o desmatamento na Amazônia brasileira”, 17 de Setembro de 2019 (“Atos de violência e intimidação por redes criminosas envolvidas no desmatamento ilegal na Amazônia brasileira raramente são processados. De fato, a impunidade para todos os crimes relacionados com o abate ilegal de árvores é a norma, de acordo com funcionários da justiça estadual e federal que trabalham na região. Um procurador federal no Pará disse à HRW que a impunidade por assassinatos de madeireiros é um problema ‘generalizado’ nesse estado. Outro no Estado do Amazonas disse que a impunidade é ‘generalizada’ em casos que envolvem conflitos sobre recursos e terras. A análise da HRW da documentação disponível, entrevistas com funcionários da justiça e comunidades afetadas, e o exame atento do tratamento de casos específicos por parte das autoridades apoiam a conclusão de que o Brasil está sistematicamente falhando em investigar e processar atos de violência perpetrados por madeireiros e assaltantes de terras na região amazônica. Ao não levar os perpetradores à justiça, o Brasil está a permitir que os assassinatos de pessoas envolvidas em desmatamento ilegal continuem praticamente sem controle”).

políticos locais. Disse também que “organizações criminosas de madeireiros” detêm o poder político local.

Dada a dificuldade em obter dados abrangentes e atuais, a situação é sem dúvida muito pior do que parece.

3. Questões estruturais

97. Embora a justiça seja por vezes servida domesticamente, o processo é quase sempre desnecessariamente moroso. Além disso, na maioria dos casos, as pessoas eventualmente condenadas por crimes não são responsáveis pela perpetuação do ciclo de violência. Grande parte da “justiça” dispensada tem sido instrumentalizada por atores criminosos e, por conseguinte, não é de confiança¹⁵⁰.
98. Embora a lei brasileira – tanto criminal como ambiental – possa parecer robusta, muitas vezes os princípios básicos não são devidamente implementados. Isto é um fracasso deliberado por parte das autoridades. As leis ultrapassadas e mal redigidas precisam ser atualizadas; as decisões judiciais precisam ser devidamente executadas; as multas precisam ser efetivamente aplicadas e recolhidas; e os verdadeiros culpados precisam ser condenados e punidos. Pior ainda, o “sistema” é por vezes uma parte essencial do problema, como quando agentes policiais participam diretamente em massacres ou quando agentes policiais, procuradores e/ou juízes assumem o lado dos perpetradores e 'criminalizam' os defensores. O contexto criminal maior é quase sempre evitado, e os chefes da organização quase nunca são expostos. Tal impunidade sistêmica reflete um quadro jurídico inteiramente defeituoso. (Alguns críticos dizem que se a Constituição e outras leis fossem plenamente aplicadas, o Brasil seria como a Suécia).¹⁵¹
99. No Brasil, um problema recorrente há décadas tem sido a “criminalização” ilegal de líderes sociais e defensores de direitos humanos na região amazônica¹⁵². Muitos crimes no Brasil resultam de um ambiente muito político, mas a maioria é tratada como crime comum pelo sistema judicial brasileiro. Esta é uma grande falha: ao não abordar esta dimensão política e a realidade interligada destes atos de violência. É possível se falar de um constante, interminável, contínuo massacre de líderes sociais, usuários de terras rurais e seus defensores. De uma perspectiva

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “Situação dos direitos humanos no Brasil”, aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021 (“Durante a sua visita, a CIDH recebeu abundante informação sobre a impunidade dos responsáveis por violações de direitos humanos no Brasil. Se por um lado a Comissão tomou nota dos altos índices de encarceramento, bem como dos elevados números de assassinatos gerais da população, por outro também foi possível observar os altos índices de mortes causadas por ações de agentes do Estado. Contudo, no que diz respeito aos assassinatos cometidos por policiais e forças de segurança, a CIDH pôde observar altos índices de impunidade, se comparados com os demais autores de delitos no país e com a falta de acesso à justiça para familiares e vítimas de violações de direitos humanos. Em especial, a CIDH preocupa-se em como essa impunidade é mantida por práticas e estruturas institucionais corruptas que impedem a efetivação de justiça nestes casos e fragilizam o estado de direito e a democracia”).

¹⁵² Ver Memorando de Paulo Busse Ferreira Filho à Environmental World Alliance Worldwide (ELAW), “Criminalização dos Defensores no Brasil”, 3 de Novembro de 2021.

estritamente penal, os processos instaurados contra tais indivíduos por promotores são tipicamente marcados por falhas técnicas significativas. Pesquisas aprofundadas revelam quatro fatores comuns que caracterizam esses processos:

a. *Um contexto sociopolítico vívido*: Os arguidos/vítimas são conhecidos e proeminentes defensores da terra, do meio ambiente e/ou dos direitos humanos nas suas regiões, comunidades, e/ou movimentos. São altamente vocais na sua oposição a interesses comerciais poderosos (nefastos e/ou ilegais) por trás de apropriação ilegal de terras, invasão, ocupação; desmatamento e/ou outra degradação ambiental; mineração, agricultura, pecuária, exploração florestal; escravidão moderna; e/ou outras questões relacionadas. Sempre do lado dos pobres e desprotegidos e sempre contrários às concepções comerciais de “progresso”, os seus perfis falam por si.

b. *Uma base forense fraca*: As provas apresentadas ou são insuficientes ou manifestamente falsas.

c. *Autoridades parciais*: Algumas autoridades (polícia, promotores, juízes) atuam claramente em violação a seus deveres de respeitar a imparcialidade e o respeito ao acusado, as garantias processuais como o contraditório e a ampla defesa, de agir apenas na presença de provas claras e consistentes, de observar os direitos fundamentais a um processo e julgamento justos. A presunção de inocência, o direito de consultar um advogado, e o princípio *in dubio pro reo* (entre outros) são negados aos acusados.

d. *Uma narrativa absurda*: As autoridades apresentam uma história inconsistente, ilógica e incoerente sobre uma situação evidentemente impossível.

Em suma, tais casos de processos parcialmente ou insuficientemente instruídos que não seguem pelos princípios mais básicos do direito penal (punição, retribuição e dissuasão) não podem ser considerados genuínos ao abrigo de normas legais aceitas e reconhecidas internacionalmente¹⁵³.

* * *

¹⁵³ Nota. Como referido no texto principal da Comunicação, a avaliação de admissibilidade no TPI inclui duas componentes: complementaridade e gravidade. Estatuto do TPI, Artigo 17(1) (“Tendo em conta o parágrafo 10 do Preâmbulo e o Artigo 1, o Tribunal determina que um caso é inadmissível quando: (a) O caso estiver a ser investigado ou processado por um Estado que tenha jurisdição sobre ele, a menos que o Estado não queira ou não possa verdadeiramente levar a cabo a investigação ou a ação penal; (b) O caso tiver sido investigado por um Estado que tenha jurisdição sobre ele e o Estado tiver decidido não processar a pessoa em causa, a menos que a decisão tenha resultado da falta de vontade ou incapacidade do Estado para processar efetivamente a pessoa em causa; (c) A pessoa em causa já foi julgada por conduta que é objeto da queixa, e não é permitido um julgamento pelo Tribunal ao abrigo do artigo 20, parágrafo 3; (d) O caso não é suficientemente grave para justificar uma nova ação por parte do Tribunal.”); ICC-OTP, Documento de Política sobre Exames Preliminares, Novembro de 2013, parágrafos 42 e seguintes; TPI-OTP, Relatório sobre Atividades de Exame Preliminar 2019, 5 de Dezembro de 2019, parágrafo 5 (ênfase acrescentada).

“CONFLITOS NO CAMPO BRASIL” – RELATÓRIOS ANUAIS CPT (2011–2021) *

Ano	Conflitos				Violência Contra Pessoas							Violência Contra a Ocupação e a Posse							
	Total	Terra	Água	Trabalho	Homicídio	Tentativa	Ameaça	Tortura	Prisão	Agressão	Consequência	Ocorrências	Expulsão	Despejo	Casa	Roça	Bem	Ameaça	Invasão
2011	1390	805	68	230	29	38	347	0	89	215	49	1035	2137	7033	1523	3403	1509	15,456	n/a
2012	1396	816	79	168	36	77	295	0	99	88	10	1067	1388	7459	1371	2416	1693	19,968	n/a
2013	1332	763	93	141	34	15	241	0	143	243	8	1007	1144	6358	2304	1366	2058	13,638	n/a
2014	1338	793	127	131	36	56	182	4	184	239	5	1018	963	12,188	2158	2786	3733	17,695	n/a
2015	1329	771	135	80	50	59	144	3	80	187	11	998	795	13,903	1904	4795	6402	18,195	n/a
2016	1607	1079	172	68	61	74	200	1	228	571	17	1295	2639	12,829	3827	4611	3071	17,447	n/a
2017	1505	989	197	66	71	120	226	6	263	137	2	1168	1448	10,622	4573	3288	4257	16,800	n/a
2018	1547	964	276	86	28	28	165	27	197	187	7	1124	2307	11,225	3717	1711	3502	9618	n/a

2019	1903	1206	489	89	32	30	201	24	107	82	32	1254	1044	10,362	1826	2212	5774	10,171	39,697
2020	2054	1576	350	96	18	35	159	9	69	54	9	1608	469	1906	1991	2712	4425	8937	81,227
2021	1768	1295	304	169	35	27	132	13	100	75	109	1295	555	2143	6269	3885	8306	16,031	90,236
TOTAL	17,169	11,057	2290	1324	430	554	2290	87	1559	2072	259	12,869	14,889	96,028	31,463	33,185	44,730	163,956	n/a
	T1	T4	T5	T6	T8	T9	T10	T7	T7	T7	T7	T3	T3						

* A Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem compilando dados relevantes desde 1975 e publicando-os em relatórios anuais intitulados '*Conflitos No Campo Brasil*' desde 1985. *Nota.* A linha final do gráfico indica a tabela específica dentro dos relatórios anuais (T1–T10) onde os dados estão localizados.

* * *